Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 16 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.652
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

O DIA DO COMERCIANTE

Reforçar a importância como agente de transformação e desenvolvimento. Por Aldo Gonçalves, **página 2**

A CRISE NAS LIDERANÇAS

É preciso destacar a necessidade do surgimento de líderes autênticos. Por Isaac Roitman, **página 2**

LINK PATROCINADO E DEVERES DO GOOGLE

Não pode permitir palavras-chave de marcas concorrentes. Por Gabriel Fortes e Marianna Cardim, **página 4**

PIB da China aumenta 5%, com leve desaceleração

A economia da China (Produto Interno Bruto, PIB) cresceu 5% no primeiro semestre de 2024, em termos anuais, para 61,68 trilhões de yuans (US$ 8,65 trilhões), de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas (DNE). No segundo trimestre, o PIB da China expandiu 4,7% em termos anuais, uma desaceleração em relação aos 5,3% do primeiro trimestre.

O órgão atribuiu o crescimento mais moderado do PIB no segundo trimestre em comparação com o primeiro trimestre a fatores de curto prazo, como condições meteorológicas extremas e inundações, bem como dificuldades e desafios crescentes, especialmente devido à procura efetiva insuficiente e ao fluxo econômico interno instável.

"No geral, a economia nacional continuou a melhorar no primeiro semestre de forma estável", disse o DNE num comentário online. As vendas no varejo de bens de consumo aumentaram 3,7% em termos anuais no primeiro semestre, enquanto o investimento em ativos fixos aumentou 3,9%, e a produção industrial expandiu 6%.

O DNE observou um desempenho sólido em vários indicadores-chave. A taxa de desemprego urbano situou-se em 5,1% no primeiro semestre, uma queda de 0,2 ponto percentual (pp) em relação ao mesmo período do ano passado. O rendimento disponível per capita aumentou 5,4% em termos anuais em termos nominais no período, ultrapassando o crescimento da economia.

A produção industrial tornou-se mais inteligente e mais verde, de acordo com o DNE. O setor manufatureiro de alta tecnologia registrou um aumento anual de 8,7% na produção no primeiro semestre, enquanto a produção de robôs de serviço e veículos de novas energias aumentou 22,8% e 34,3%, respectivamente.

A China solicitou nesta segunda-feira à Organização Mundial do Comércio (OMC) que crie um painel de especialistas sobre subsídios para veículos de energia nova (NEV) sob a Lei de Redução da Inflação (IRA) dos EUA.

Para salvaguardar os direitos e interesses da sua indústria de NEV, a China apresentou em 26 de março uma queixa ao mecanismo de resolução de litígios da OMC sobre os subsídios dos EUA. No entanto, o lado norte-americano não conseguiu chegar a uma solução com a China.

Inadimplência das famílias tem menor nível desde 2022

Contas em atraso diminuem em São Paulo

A inadimplência das famílias paulistanas atingiu o menor nível desde janeiro de 2022. Dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) apontam que o porcentual de lares com contas em atraso passou de 21,9%, no mês de maio, para 20,8%, em junho – o que, em números absolutos, representa 40,3 mil famílias inadimplentes a menos.

Por outro lado, as famílias de menor renda, ou seja, que recebem até 10 salários mínimos, são as que enfrentam mais dificuldades em relação à inadimplência. Prova disso é que 24,1% dessas famílias estão com contas em atraso, enquanto só 12,6% das que recebem acima de 10 salários mínimos estão com dívidas – praticamente o dobro. Ainda assim, ambas registraram queda em relação ao mês anterior.

De acordo com a Fecomércio-SP, esse resultado pode ser explicado pela queda da inflação, que tem aliviado o bolso dos paulistanos. Além disso, o mercado de trabalho aquecido também contribui para a quitação das dívidas e abre espaço para o consumo. Não é à toa que 19,6% dos lares afirmaram que pretendem contrair algum tipo de crédito ou financiamento nos próximos três meses – o maior porcentual desde setembro de 2019 – enquanto 90% declararam que a finalidade será consumo e compras.

Ainda segundo a entidade, se, por um lado, a queda na inflação estimula o consumo, é compreensível que os compromissos com crédito aumentem. Apesar de o endividamento registrar uma queda em comparação ao mês anterior, ainda segue em patamar elevado (71,3%). O resultado, no entanto, é importante para a economia, principalmente em razão do barateamento do crédito, o que gera confiança das famílias, encorajadas pela maior segurança no emprego e na renda.

Além do líder invicto cartão de crédito (86,1%), que ainda é o fator que mais contribui para a dívida familiar, destacam-se, justamente, o crédito pessoal (13,9%) e o financiamento de imóveis (13,7%), que cresceram em relação ao mesmo período do ano passado – o que comprova o impacto da redução dos juros sobre a realização do sonho de comprar a casa própria.

Exportações para os EUA batem recorde no primeiro semestre

Os EUA foram o mercado para o qual o Brasil mais cresceu suas exportações no primeiro semestre de 2024, de acordo com a edição mais recente do Monitor do Comércio Brasil-EUA da Amcham Brasil, divulgada nesta segunda-feira.



O Brasil exportou para os EUA o valor recorde de US$ 19,2 bilhões nos seis primeiros meses do ano, um aumento de 12% (ou US$ 2,1 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. O incremento ocorreu em todos os setores: indústria de transformação, extrativo e agropecuária.

Em termos percentuais, o aumento foi mais de oito vezes superior ao das vendas do Brasil para o mundo (1,4%) e acima das exportações para os principais parceiros individuais, como a China (3,9%), União Europeia (2,1%) e América do Sul (-24,3%). Em valores, a expansão das vendas para os EUA representou 29,1% do total do incremento das vendas globais brasileiras (US$ 7,1 bilhões).

"Neste primeiro semestre do ano, os EUA puxaram o crescimento das exportações brasileiras, com valor recorde de US$19,2 bilhões. O mercado norte-americano também foi o principal destino para as vendas brasileiras de bens industriais. Essa expansão das trocas bilaterais contribui de forma decisiva para a trajetória positiva do comércio exterior brasileiro", destaca Abrão Neto, CEO da Amcham, entidade cujas empresas associadas representam 1/3 do PIB brasileiro.

As vendas de produtos industriais brasileiros para os EUA cresceram 2,3%, estabelecendo o recorde de US$ 14,7 bilhões para um primeiro semestre. As exportações de bens de maior valor agregado continuam a ser predominantes na pauta exportadora brasileira, representando 8 dos 10 principais produtos.

Os EUA seguem como o principal destino para as exportações da indústria brasileira, superando os demais parceiros comerciais, como a União Europeia (US$ 10,8 bilhões) e o Mercosul (US$ 8,2 bilhões).

O comércio Brasil-EUA atingiu US$ 38,7 bilhões no 1º semestre de 2024, crescendo 5,1% em relação ao mesmo período do ano passado. O déficit comercial para o Brasil foi o menor registrado nos últimos 10 anos (US$ 218,3 milhões, redução de 91,2% sobre 2023).

Economia do Brasil cresce apesar de desastre no RS

A economia brasileira cresceu 0,25% em maio, segundo dados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O IBC-Br é um dos sinalizadores do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O índice observado em maio ficou em 148,86 pontos. Dessazonalizado, o índice sobe para 149,60 pontos. Em abril, o índice dessazonalizado estava em 149,23.

Na comparação com maio de 2023, quando o índice observado estava em 146,95 pontos (dessazonalizado em 145,93 pontos), a alta chega a 1,3%. No acumulado do ano (janeiro a maio), a alta é de 2,01%; e no dos últimos 12 meses chega a 1,66%.

Apesar de as inundações terem afetado safras agrícolas, indústrias e estradas no Rio Grande do Sul, o Banco Central avaliou que o resultado demonstra que os impactos negativos na atividade brasileira, como um todo, não serão tão grandes como se esperava.

De acordo com análise da Genial Investimentos, "de maneira geral, a leitura do IBC-Br corrobora a resiliência da atividade econômica. Assim, com o ciclo de flexibilização monetária, observa-se certa melhora na saúde financeira das famílias que, somada ao conjunto de medidas promovidas pelo governo de impulso fiscal e à resiliência do mercado de trabalho, deve contribuir para a maior resiliência da atividade econômica". "Por fim, projetamos um crescimento de 0,4% t/t do PIB no segundo trimestre, com viés altista, e de 2,2% no ano", destaca nota da Genial.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4462
Dólar Turismo	R$ 5,6610
Euro	R$ 5,9353
Iuan	R$ 0,7504
Ouro (gr)	R$ 426,89

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O Dia do Comerciante

Por Aldo Gonçalves

Comemorado em 16 de julho, o Dia do Comerciante merece ser valorizado e celebrado sempre.

Instituída pela Lei 2.048, de 26 de outubro de 1953, promulgada pelo então presidente do Senado Federal, João Café Filho, a data escolhida marca o nascimento, em 1756, do baiano José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu – um dos mais importantes economistas, juristas e políticos do Brasil; o Patrono do Comércio.

O legado do Visconde de Cairu ainda hoje é um grande exemplo do impacto positivo do comércio no desenvolvimento e no crescimento de uma nação. Defensor do livre comércio, sua atuação e sua articulação, como conselheiro de D. João VI em um momento fundamental da História, foram decisivas para a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808; um marco histórico que transformou a economia do país. Até então fechada e limitada, passou a integrar-se ao comércio internacional.

> Reforçar a importância como agente de transformação e desenvolvimento

Esse passo impulsionou o desenvolvimento de várias cidades, especialmente o Rio de Janeiro que, além de sede do governo do Brasil Colônia e depois capital federal, transformou-se em um importante centro comercial e financeiro.

Mesmo tendo atravessado sucessivas e prolongadas crises políticas, financeiras e econômicas, incluindo uma pandemia, o Rio de Janeiro mantém seu papel relevante como "caixa de ressonância" do país.

Nesse contexto de altos e baixos, o comércio sempre foi um dos pilares de sustentação do Rio de Janeiro, demonstrando sua força, sua resiliência e sua versatilidade; impulsionando não só a economia local como contribuindo, desde os tempos coloniais, para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil.

Não foi por acaso que no Rio de Janeiro nasceram algumas das mais importantes entidades representativas do comércio do Brasil, como o SindilojasRio, o primeiro sindicato empresarial do comércio do país, hoje com 92 anos de existência, e o Clube de Diretores Lojistas (CDL-Rio), fundador do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que revolucionou o sistema de crédito brasileiro.

Hoje, tornar e manter um negócio relevante para a sociedade na qual se insere, sendo sustentável, inovador, lucrativo, competitivo e perene, exige que os comerciantes, sejam eles micro ou grandes empresários, se adaptem cada vez mais rapidamente às velozes transformações provocadas pela globalização, pelas mudanças de comportamento e dos hábitos de consumo e pelos avanços tecnológicos.

Para os comerciantes brasileiros, essas demandas são ainda mais desafiadoras diante de uma conjuntura adversa que dificulta investimentos e a própria atividade empreendedora, seja por causa da alta e complexa carga tributária que sobrecarrega o setor, seja devido aos prejuízos causados pela falta de segurança e pela desordem urbana.

O Dia do Comerciante é uma boa oportunidade para refletir sobre o passado e o futuro do comércio no Rio de Janeiro e no Brasil, celebrando avanços e conquistas. É uma oportunidade para renovar o nosso compromisso com o desenvolvimento e o fortalecimento do setor, inspirados pelo exemplo e pela visão do Visconde de Cairu e de outras personalidades que dedicaram e dedicam suas vidas ao comércio.

É o momento para reforçar a importância do comerciante como agente de transformação e desenvolvimento que contribui para a vitalidade econômica e social do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, gerando empregos e riqueza, realizando sonhos e proporcionando qualidade de vida para milhões de pessoas. Nunca é demais lembrar que não existe cidade ou nação próspera sem um comércio forte.

Parabéns a todos os comerciantes pelo trabalho incansável e pelo seu papel essencial na construção de uma sociedade melhor.

Aldo Gonçalves é presidente do SindilojasRio e do CDLRio.

A crise nas lideranças

Por Isaac Roitman

Os conflitos na Europa e no Oriente Médio, o atentado ao ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, inspiram uma reflexão sobre o nível de preparo e ações de lideres de todas as nações do planeta. A extinção da espécie humana como consequência das mudanças climáticas e guerras com a utilização de armas de extinção em massa deixaram de ser matéria de ficção científica e são veiculadas como uma possível realidade em um futuro não muito distante.

Se analisarmos a história recente da humanidade, vamos chegar à conclusão de que estamos em retrocesso. Presenciamos um verdadeiro circo de horrores – atentados, assassinatos, imigrações induzidas, guerras com morte de inocentes, crianças morrendo por desnutrição, destruição de nosso meio ambiente e outras mazelas do nosso, assim chamado, mundo civilizado.

No Brasil, convivemos com uma escandalosa injustiça social e uma corrupção explícita, onde até a vergonha foi jogada pelo ralo. Vivenciamos uma crise de valores morais e culturais e uma escassez de líderes dispostos a superar esse momento delicado e trágico. É preciso destacar e exaltar a necessidade do surgimento de lideranças autênticas e genuínas para a construção de um novo tempo, que nos faça sair da senda da desgraça a que hoje nos submetemos.

No passado, lideranças em áreas específicas influenciaram de forma definitiva a evolução da humanidade. Podemos citar alguns exemplos, em ordem alfabética: Albert Einstein, Anísio Teixeira, David Ben-Gurion, Darcy Ribeiro, Fidel Castro, George Washington, Juscelino Kubitschek, Madre Teresa de Calcutá, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Maximilien de Robespierri, Napoleão Bonaparte, Nelson Mandela, Nicolau Copérnico, Sigmund Freud, Oswaldo Cruz, Santos Dumont, Simon Bolivar, Theodore Roosevelt Jr, Charles de Gaulle e Winston Churchill.

Nossas lideranças, em sua maioria, não estão à altura para superarmos as crises que vivemos. Focadas nos interesses pessoais ou de grupos, não titubeiam diante das repercussões inadequadas de suas ações. Muitas delas ganham poder.

Uma pergunta então emerge: o poder corrompe? A frase de Nicolau Maquiavel nos faz refletir sobre a natureza humana e o impacto do poder. O poder pode ser um teste definitivo do caráter de uma pessoa, revelando virtudes e vícios ocultos. Para Maquiavel, a conservação do poder nas mãos de um bom governante, mesmo em situações com maior controle, é condição necessária para a continuidade da ordem política.

O poder é, ou deveria ser, um instrumento para o bem comum. Assim, as pessoas investidas no poder devem ser honestas e de caráter firme para não se deixarem corromper nem promoverem a corrupção. A corrupção e a desonestidade não rondam apenas os escalões mais elevados do poder. Na atual conjuntura brasileira, o cidadão se vê desprotegido, violentado e lesado nos seus direitos, ameaçado por quem o deveria proteger. O mau exemplo das autoridades é corrosivo e induz à corrupção.

> É preciso destacar a necessidade do surgimento de líderes autênticos

A liderança é um talento que precisa ser identificado e desenvolvido. Howard Gardner define talento "por um arranjo complexo de aptidões ou inteligências, habilidades instruídas e conhecimento, disposições de atitudes de motivações que predispõem um indivíduo a sucessos em uma ocupação, vocação, profissão, arte ou negócio". Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 4% das crianças e jovens apresentam altas habilidades gerais ou específicas.

No Brasil não é fácil a identificação de crianças e dos jovens com talento de liderança, pois a educação brasileira é feita com um tratamento homogêneo dos estudantes, sem reconhecer a diversidade entre eles. Em adição, as políticas para a identificação e o desenvolvimento de talentos no Brasil são incipientes. Especialistas no campo da educação de talentos apontam que a identificação precoce do talento é importante. De maneira geral, as escolas não dispõem de recursos e não têm corpo docente adequadamente preparado para prover os desafios acadêmicos, sociais e emocionais para proporcionar o desenvolvimento das lideranças.

Quatro dimensões são consideradas importantes para aferir o potencial de liderança: o autodesenvolvimento, a habilidade no relacionamento interpessoal, a visão sistêmica e o senso crítico e a responsabilidade. Essas características se manifestam e podem ser percebidas nos primeiros anos de vida e devem ser desenvolvidas no ambiente escolar.

A tendência da aprendizagem baseada na discussão de temas e na resolução de problemas pode ser considerada como um cenário adequado para o exercício do pensar e da crítica argumentativa. Uma correta visão de um mundo civilizado e o estímulo ao conhecimento geral seriam pré-requisitos para a formação de nossos futuros líderes. Um ambiente de total liberdade de diálogo e de expressão de pensamentos é absolutamente fundamental para o estímulo na formação de lideranças.

Romper com a falsa verdade de que alguém é o dono das verdades e diminuir a importância do próprio "eu" também devem fazer parte de um ambiente para a formação de novas lideranças que nos conduzam a um novo Brasil sem desigualdades sociais, onde todos os brasileiros e brasileiras possam realizar os seus sonhos.

Isaac Roitman é professor Emérito da Universidade de Brasília e a Universidade de Mogi das Cruzes, pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022 – 2030 o Brasil e o Mundo que queremos.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Tarcísio vende Sabesp com 'desconto' de R$ 7 bi

Terminou nesta segunda-feira o prazo de reserva para quem quer comprar ações da Sabesp. O preço será conhecido oficialmente na quinta-feira (18), mas não passará de R$ 67 por ação, apesar de os papéis estarem sendo negociados na Bolsa de Valores por cerca de R$ 82. Isso se deve à forma como o governo do bolsonarista Tarcísio de Freitas desenhou a privatização da Sabesp.

Em 28 de junho, a Equatorial – do Opportunity (6,3%) e da BlackRock (5%), entre outros – foi a única empresa a oferecer lance por 15% das ações da empresa de saneamento de São Paulo. O valor foi de R$ 6,9 bilhões, o que equivale a R$ 67 por ação. O valor de mercado de uma ação da Sabesp na ocasião já estava em R$ 74,97.

Pelo modelo desenhado por Tarcísio de Freitas e equipe, mais 17% das ações estão sendo vendidos no varejo, porém o valor não poderá ser superior ao oferecido pela Equatorial, ou seja, R$ 67. Assim, o Estado de São Paulo vai receber R$ 14,8 bilhões por 32% do capital da Sabesp. Se a participação fosse vendida pela cotação desta segunda, daria mais de R$ 18 bilhões.

Mas um estudo econômico encomendado por especialistas e pelo Sintaema (sindicato dos trabalhadores em saneamento de SP) mostra que o valor da ação da Sabesp deveria estar em torno de R$ 100. O que levaria as ações à venda a R$ 22 bilhões. Uma diferença de mais de R$ 7 bilhões em relação ao arrecadado pelo Governo de São Paulo. Excelente negócio de Tarcísio de Freitas.

Mais que o dobro da Sabesp

São situações bem diferentes, mas vale para comparar valores arrecadados: o Governo do Rio de Janeiro conseguiu R$ 30,3 bilhões (valores corrigidos pelo IPCA) pela concessão, em 2021, do saneamento em parte do estado, que era responsabilidade da Cedae.

Não vai ter Copa

A Copa América, encerrada neste domingo, nos Estados Unidos, foi disputada em campos que pareciam do tamanho de futebol society, teve briga entre torcedores e jogadores e uma monumental confusão no acesso à final, o que levou a partida a começar 45 minutos após o horário. A Copa do Mundo de 2026 será disputada nos EUA e também no Canadá e no México.

A imprensa internacional deu mínimo destaque ao caos na Copa América. E a imprensa brasileira com complexo de vira-lata disse que a desorganização sul-americana afetou o bastião da seriedade que são os Estados Unidos.

Rápidas

A presidente do Instituto Incluir, Carina Alves, ministrará uma roda de conversa com mestres sobre "Inclusão e Direitos Sociais" nesta quinta-feira e receberá uma Medalha de Mérito da Comissão Organizadora do 8.º Congresso Internacional – "50 anos após abril: Diversidade, Equidade e Inclusão", que será realizado em Lisboa, no dia 20 *** Nesta quinta, às 19h, haverá show de MPB do cantor Rayan Alves no Américas Shopping *** Luis Leão, atual presidente do Instituto Coalizão Rio, assumiu a Diretoria de Relações Institucionais e Governamentais do Grupo Soares Pereira.

Gravação mostra uso da Abin para espionagem

Moraes retira sigilo de áudio de conversa de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo do áudio no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem conversam sobre o uso ilegal da Abin para espionagem.

Segundo as investigações, a conversa foi "possivelmente" gravada por Ramagem e ocorreu em agosto de 2020. O áudio foi citado no relatório da investigação chamada de "Abin Paralela", divulgado na semana passada. Além do áudio, o STF disponibilizou a degravação da conversa feita no processo da Polícia Federal.

A gravação tem 1 hora e oito minutos e estava sob segredo de Justiça. Segundo a PF, a conversa está relacionada ao uso ilegal da Abin para obter informações sobre inquérito no qual o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi investigado por "rachadinha" quando ele ocupou o cargo de deputado estadual. Em 2021, a apuração foi anulada pela Justiça.

Gravação

Durante a reunião gravada, as advogadas de Flávio, Juliana Bierrenbach e Luciana Pires, discutiram formas de obter informações sobre a investigação envolvendo o senador na Receita Federal e no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Na conversa, as advogadas buscaram uma forma de anular a investigação e sugerem que o trabalho poderia ser feito pelo Serpro. Juliana Bierrenbach: "Então, o que eu tenho? Eu não tenho uma prova de que foi feito isso com o Flávio". Em seguida, Luciana Pires afirma: "A gente quer essa prova".

Após Juliana sugerir o acionamento do Serpro, Bolsonaro disse que iria falar com Gustavo Canuto, então presidente da Dataprev, empresa pública de dados. "Eu falo com o Canuto. Agora, isso aí eu falo com o Flávio, então. Qualquer hora do dia amanhã".

Ramagem concorda com a fala com do ex-presidente. " Fala com o Canuto para saber do Serpro, tá". Em seguida, Bolsonaro completa: "Ninguém gosta de tráfico de influência. A gente quer fazer [inaudível]".

Em outro momento da gravação, Ramagem sugere a busca de "alguma vulnerabilidade" envolvendo os fiscais da Receita que fizeram a investigação contra o parlamentar. "Porque esse é o caminho correto de averiguar alguma possível vulnerabilidade ali. O que circula realmente é a promiscuidade entre MP e Receita desde o começo", afirmou.

Segundo a Agência Brasil, em um trecho do áudio, Bolsonaro e o general Heleno demonstraram preocupação com o vazamento da conversa. Heleno: "Tem que alertar ele (chefe da Receita), ele tem que manter esse troço fechadíssimo. Pegar de gente de confiança dele". Em seguida, Jair Bolsonaro parece desconfiar que está sendo gravado e disse que não queria "favorecer ninguém".

"Tá certo. E deixar bem claro, a gente nunca sabe se alguém está gravando alguma coisa, que não estamos procurando favorecimento de ninguém", afirmou.

Mercado reduz previsão da inflação de 4,02% para 4%

A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 4,02% para 4% este ano, de acordo com a estimativa do Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC).

Já para 2025, a projeção da inflação subiu de 3,88% para 3,9%, e para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Segundo a Agência Brasil, aA partir de 2025 entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em junho, influenciada principalmente pelo grupo de alimentação e bebidas, a inflação do país foi 0,21%, após ter registrado 0,46% em maio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,23%.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,1% para 2,11%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,97%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

BNDES: R$ 66,5 bi para Plano Safra 2024/2025

O Plano Safra 2024/2025 vai contar com R$ 66,5 bilhões em recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O valor foi anunciado como sendo o maior já operado pelo banco, e representa um acréscimo de investimentos de 73% em relação ao último ano-safra. Os protocolos vão ser abertos nesta quarta-feira (17). Do valor total, R$ 33,5 bilhões serão disponibilizados em recursos equalizáveis e R$ 33 bilhões por meio da linha BNDES Crédito Rural.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o banco está retomando o papel de apoiador do setor agrícola. "Em dois anos, o banco deu um salto extraordinário: aumentamos os recursos em 57% no ano passado e mais de 70% este ano, demonstrando a atenção do governo federal com um setor imprescindível para o nosso país, que é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e o segundo maior exportador", afirmou Mercadante.

Do valor de R$ 33,5 bilhões, R$ 18,7 bilhões vão para médios e grandes produtores da agricultura empresarial, com taxas de juros entre 7% e 12% ao ano. Os valores serão disponibilizados por meio dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGFs), que compõem o Plano Safra 2024/2025. A vigência vai de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Para a agricultura empresarial, os recursos serão oferecidos por meio de 12 programas, entre os quais, o Moderfrota, o Pronamp, o Moderagro, o Renovagro e Inovagro e o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

"O apoio robusto do BNDES no Plano Safra 2024/2025, com incremento de 73% sobre o ano safra anterior, demonstra o compromisso do BNDES e de seus parceiros com os planos de investimento do agro, considerando a importância do setor para o Brasil e também os impactos positivos gerados em diversos outros segmentos econômicos, como os de infraestrutura e de indústria", disse o superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES, Marcelo Porteiro.

De acordo co a Agência Brasil, os recursos oriundos do BNDES Crédito Rural vão ser elevados nos próximos 12 meses de R$ 12 para R$ 33 bilhões. Própria do banco e não equalizável junto ao Tesouro Nacional, a linha de crédito é voltada para projetos de investimento, aquisição isolada de máquinas, custeio e apoio a cooperativas.

SEU DIREITO

Google é responsável pelo uso indevido de links patrocinados

Por Gabriel Fortes e Marianna Cardim

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou o Google a indenizar uma empresa por ter permitido que sua marca fosse utilizada pela concorrente como palavra-chave no Google Ads.

A prática em questão envolve o uso de palavras-chave no sistema de publicidade do Google (Google Ads), onde anunciantes pagam para que seus links apareçam em primeiro nos resultados de busca, mesmo que sua página não tenha a ver com aquilo que foi buscado. É mais ou menos assim que funciona o sistema de "link patrocinado".

Pois bem, o STJ já havia decidido que configura prática ilegal quando uma empresa "compra" esse posicionamento baseado em palavras-chave que representem a marca de concorrentes. Por exemplo, se uma empresa vende o produto "XYZ", a concorrente que vende o produto "ABC" não pode pagar pela palavra-chave "XYZ", pois isso desviaria o usuário/consumidor da sua legítima expectativa, já que ele buscaria por um e acabaria sendo "ludibriado" para encontrar o outro.

Esse entendimento já está consolidado. A novidade é que, com a recente decisão, o STJ passou a responsabilizar não apenas a empresa que fez mau uso do recurso publicitário, mas também o próprio Google.

Afinal, mais do que permitir, o que o Google fez, de acordo com o STJ, foi "vender" a marca da empresa como palavra-chave para que sua concorrente a utilizasse no buscador. Esse fato acabaria conduzindo os usuários do Google a resultados diversos da busca que fizessem, podendo provocar desvio de clientela.

A indenização, portanto, teve como base a responsabilidade do buscador pela prática de "concorrência desleal". Ao permitir que, numa pesquisa pela marca da empresa, ao usuário fosse sugerido prioritariamente o link da concorrente, o Google Ads prejudicaria a empresa detentora da marca e confundiria os consumidores, contribuindo para a prática insidiosa.

Essa decisão do STJ é importante e alarmante, pois estabelece limites rígidos para a publicidade na internet. Por outro lado, ela reforça a proteção aos direitos de marca, reprovando as empresas que tentam desviar clientela ou aproveitar-se da reputação do concorrente.

A responsabilização do Google, ademais, demonstra como as empresas de tecnologia precisam estar alinhadas com as normas de proteção ao consumidor e direito de concorrência, devendo contribuir para que o mercado brasileiro seja, cada vez mais, transparente e eficiente.

O precedente deve ter repercussões significativas para os clientes do Google, uma vez que pode levar a big tech a reestruturar todo o seu sistema de links patrocinados, influenciando a forma como a publicidade digital será conduzida daqui para frente e reforçando a importância da proteção das marcas no ambiente online.

A decisão do STJ foi proferida no Recurso Especial 2.096.417.

Gabriel Fortes é advogado no escritório Fortes Nasar Advogados.
Marianna Cardim é estagiária no escritório Fortes Nasar Advogados.

Valor do seguro dos carros cai 46% para homens

E sobe 15% para mulheres no semestre

Em junho, o seguro dos dez carros mais vendidos do Brasil teve uma variação pouco expressiva no Brasil, fechando o comparativo mensal com aumento de 2% para os homens e de 4,4% para as mulheres. No somatório do primeiro semestre, no entanto, os números são mais acentuados: diminuição de 46,5% para o perfil masculino e aumento de 15,2% para o feminino em junho, com relação a janeiro. O levantamento é da Minuto Seguros, uma empresa Creditas, líder no segmento de seguros online e uma das principais corretoras do país.

O ranking abrange 11 capitais brasileiras e considera a lista divulgada pela Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) para determinar os dez carros mais vendidos no período.

"As variações de janeiro para junho poderiam despertar um alerta se fossem lidas separadamente. Mas, ao analisarmos a pequena variação de maio para junho, podemos enxergar que o mercado está mais estável agora do que no início do ano, e que deve continuar assim nos próximos meses", explica Michel Tanam, Gerente Comercial da Minuto Seguros.

Este é o terceiro mês de 2024 (e segundo consecutivo) que registra apólices mais caras para as mulheres do que para os homens, mas, como a variação do período não é significativa, o caso pode ser lido como apenas uma consequência de maio, segundo Michel.

Entre os destaques de junho, estão (as comparações percentuais a seguir consideram o preço médio de junho/24 contra maio/24): a cidade com os menores preços médios, tanto para o perfil masculino quanto para o feminino, dentre os modelos analisados, foi Porto Alegre, onde o valor foi de R$ 1.927,01 (+0,7%) para homens, e R$ 2.271,77 (+3,4%) para mulheres; Belo Horizonte registrou os maiores preços médios no perfil masculino, com R$ 3.303,82 (+3,7%). Enquanto isso, Rio de Janeiro foi a cidade com os maiores preços no perfil feminino, atingindo R$ 3.316,20 (+5,4%).

A média geral para todos os modelos e capitais é de R$ 2.477,79 (+2%) para o perfil masculino, e R$ 2.730,59 (+4,4%) para o perfil feminino.

Entre as variações mais expressivas de valores para os modelos mais vendidos, nas capitais analisadas, estão: O Novo HB20 Sense sobe duas posições e conquista o primeiro lugar na lista dos mais vendidos, registrando um leve aumento em ambos os perfis. No masculino, o modelo atinge o valor médio do seguro de R$ 2.169,01 (+0,5%). Já no feminino, o preço médio é de R$ 2.377,29 (+1,1%).

A maior variação do modelo para os homens ocorre em Brasília, alcançando R$ 1.882,32 (+9,6%), enquanto para as mulheres é em Goiânia, custando R$ 2.626,98 (+9,6%).

O Novo Onix Hatch, que cai da segunda para a terceira posição, registra a maior variação na média geral tanto do perfil masculino (+14,4%) quanto do feminino (+23%). A capital com a maior variação nos dois perfis é Vitória, onde chegou a R$ 3.653,24 (+53,8%) no masculino, e R$ 4.719,40 (+94,7%) no feminino.

A média dos valores é de R$ 2.628,36 para o perfil masculino e R$ 2.981,09 para o feminino.

O Mobi Like, que cai de quinto para sexto na lista da Fenabrave, registra a maior queda do perfil masculino, ainda que pouco significativo, e também registra uma leve redução no perfil feminino. No masculino, o modelo atinge o valor de R$ 2.168,34 (-3,2%), já no perfil feminino chega a R$ 2.368,97 (-0,2%).

A maior variação para o perfil masculino é em Brasília, com valor de R$ 1.882,11 (-12,5%). No feminino, uma das maiores variações se dá em Curitiba, com custo de R$ 1.966,24 (-5,4%).

Entre os destaques do semestre, estão (as comparações percentuais a seguir consideram o preço médio de junho/24 contra janeiro/24): No perfil masculino, o Novo Tracker foi o modelo que sofreu a maior variação: – 61,8% (R$ 2.375,36); No perfil feminino, o Novo Onix Hatch foi o modelo que sofreu a maior variação: +42,9% (R$ 2.981,09); A média geral de variação para todos os modelos e capitais foi de -46,5% para o perfil masculino e +15,2% para o perfil feminino.

42 mi de casas compram remédios sem prescrição

Multivitaminas e antigripais são os destaques

A cesta de OTC (medicamentos de venda livre) fechou os últimos 12 meses em estabilidade no Brasil (alcançou 42 milhões de domicílios contra 42,5 milhões no período anterior). Isso ocorreu mesmo com queda de 1,6% dos clientes casuais, que entraram na categoria em picos de doenças, a exemplo da pandemia de Covid-19 e da epidemia de Dengue.

Segundo um novo e inédito estudo da Kantar, o desempenho ainda é sustentado pelos clientes que compram em maior intensidade, chamados de Heavy. O grupo representou 49% do valor da cesta nos últimos 12 meses e movimentou US$ 3,2 bilhões no mercado.

De forma geral, são pessoas com mais de 40 anos de idade, pertencentes às classes A e B, residentes do Grande Rio de Janeiro e independentes, sem presença de crianças no lar. Entre o grupo Heavy, a frequência de OTC é quase três vezes maior que a média da categoria (alta de 2,4% em comparação ao período anterior) e o tíquete é 15% maior que a média (ascensão de 12,3%).

Independentemente do perfil, os medicamentos de prevenção ganham espaço entre os brasileiros. Multivitaminas e antigripais passam a ocupar a maior fatia que já tiveram dentro da cesta: 43% do valor. Esse comportamento de consumo, inclusive, se equipara ao de países desenvolvidos na categoria, como Equador e Colômbia.

Farmácia é o principal canal de entrada de OTC nos lares, com 62,8% de penetração e 34% das ocasiões exclusivas de compra. Vale destacar, no entanto, que a cesta de Higiene & Beleza tem alta relevância no meio, uma vez que os clientes chegam a gastar o dobro em comparação com OTC – 53% contra 30,8%, respectivamente.

Ainda é importante ressaltar que os clientes de OTC vêm misturando compras online e offline – 2,2% já são realizadas no digital. Aqui, os sites e aplicativos de varejistas têm abocanhado o espaço do WhatsApp. Nos últimos 12 meses, a proporção foi de 44,8% para 48,8%, respectivamente. No período anterior estudado pela Kantar, era de 30,8% para 62,1%.

América Latina

A cesta de OTC adicionou 5,8 milhões de novos lares latino-americanos nos últimos dois anos. Em valor, apresentou crescimento de 18% na região nos últimos 12 meses.

O Equador é o país que mais desembolsa com a cesta, impulsionado por um maior número de viagens. Em relação à categoria em que mais gastam com OTC, 75% dos consumidores compram multivitaminas.

"O Brasil está avançado no painel de OTC, mas ainda está atrás de países menores da América Latina, a exemplo do próprio Equador. Isso significa que há potencial a ser explorado, principalmente em multivitaminas", comenta Roberta Forte, Gerente Sr. da Kantar.

Os dados acima fazem parte do painel de consumo dentro de casa da divisão Worldpanel da Kantar, que reúne 11.300 domicílios de todas as regiões e classes sociais do Brasil, representando 60 milhões de lares.

Águas de Jahu S.A.

CNPJ nº 20.918.034/0001-77 - NIRE 35.300.469.488

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Às 12:00h de 30/04/2024, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Ivan Mininel da Silva; Secretário: Alex Eduardo Jorge Macedo. **Deliberações: 1.** Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme estabelece o artigo 133, *caput,* § 3º e § 4º da Lei nº 6.404/76. **2.** Registrar que não houve destinação do resultado apurado no exercício findo em 31/12/2023, tendo em vista que o lucro apurado, no valor de R$ 14.026.727.84 foi absorvido por prejuízos dos exercícios anteriores. **3.** Alterar o Artigo 7º do Estatuto Social a fim de fazer constar que a Diretoria será composta por, no mínimo 02 e, no máximo, 03 Diretores, passando o mesmo a vigorar com a redação do Estatuto Social constante do Anexo II, a seguir consolidado. **4.** Em razão da alteração prevista no item acima, a Companhia elege como Diretor, o Sr. **Alex Eduardo Jorge Macedo,** identidade nº 644221513, SSP/SP e CPF nº 831.147.506-72 e reelege, como Diretor, o Sr. **Ivan Mininel da Silva,** identidade nº 30.522.138-3, SSP/SP e CPF nº 212.618.048-48, com mandato de 2 anos ou até a data da Assembleia Geral Ordinária que for realizada no ano de 2026, os quais declaram que estão aptos a exercer a administração da Sociedade, não estando impedidos em virtude de lei, ou de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, que tomarão posse de seus respectivos cargos em até 30 dias contados desta data, mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado em livro próprio. **5.** Fixar a remuneração anual global da Diretoria em até R$ 35.000,00. **6.** Aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, inclusive para refletir as alterações estatutárias aprovadas acima, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo II. Nada mais havendo a tratar. Jaú, 30/04/2024. **Ivan Mininel da Silva -** Presidente; **Alex Eduardo Jorge Macedo -** Secretário. **JUCESP** nº 257.257/24-0 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Águas de Votorantim S.A.

CNPJ nº 14.192.039/0001-62 - NIRE 35300412371

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Março de 2024

Às 09h00 de 27/03/2024, na sede social. **Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: Aprovar, depois de examinadas e discutidas, as contas da Companhia e dos administradores, as demonstrações contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Aprovar a proposta que será levada à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 30/04/2024, sobre a destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023, no montante de R$ 11.117.598,43, que serão destinados da seguinte forma: *(i)* R$ 555.879,92 para reserva legal; *(ii)* R$ 396.064,44 para reserva de investimentos; *(iii)* R$ 7.525.224,44 para a reserva de retenção de lucros da Companhia, com vistas a garantir recursos para financiamento de expansão de negócios e atendimento das suas obrigações contratuais; e *(iv)* R$ 2.640.429,63 para distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, na medida da disponibilidade de caixa da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, a qual foi lida, aprovada e assinada. **Assinaturas:** Carlos Eduardo Tavares de Castro, Presidente. Pedro Miguel Cardoso Alves, Secretário. Conselheiros: Carlos Eduardo Tavares de Castro, Ivan Mininel da Silva, José Miguel Neves Moreira Maia e Pedro Miguel Cardoso Alves. Confere com o original lavrado em livro próprio. Votorantim, 27/03/2024. **Carlos Eduardo Tavares de Castro -** Presidente; **Pedro Miguel Cardoso Alves -** Secretário. Conselheiros: **Carlos Eduardo Tavares de Castro; Pedro Miguel Cardoso Alves; Ivan Mininel da Silva; José Miguel Neves Moreira Maia. JUCESP** nº 259.983/24-0 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Águas de Votorantim S.A.

CNPJ nº 14.192.039/0001-62 - NIRE 35300412371

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Às 14:00h de 30/04/2024, na sede social da Companhia. A totalidade dos acionistas da Companhia. **Deliberações:** Aprovar, depois de examinadas e discutidas, as contas da Companhia e dos administradores, as demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, documentos estes publicados em 14/03/2024, no Jornal Diário do Acionista, de forma digital e impressa às páginas 03/04, documentos estes disponíveis em mesa e que eram do conhecimento prévio dos acionistas, conforme estabelece o art. 133, caput, § 3º e § 4º, da Lei nº 6.404/76. • Aprovar a proposta já refletida nas demonstrações financeiras para destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023, no montante de R$ 11.117.598,43, que serão destinados da seguinte forma: *(i)* R$ 555.879,92 para reserva legal; *(ii)* R$ 396.064,44 para reserva de investimentos; *(iii)* R$ 7.525.224,44 para a reserva de retenção de lucros da Companhia, com vistas a garantir recursos para financiamento de expansão de negócios e atendimento das suas obrigações contratuais; e *(iv)* R$ 2.640.429,63 para distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, na medida da disponibilidade de caixa da Companhia. • Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **Assinaturas:** Ivan Mininel da Silva, Presidente. Paulo Faria de Oliveira, Secretário. Votorantim, 30/04/2024. **Ivan Mininel da Silva -** Presidente; **Paulo Faria de Oliveira -** Secretário. **JUCESP** nº 255.204/24-3 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

‘A regulamentação da reforma tributária vai criar distorções na economia’

Por Jorge Priori

Conversamos com o tributarista Gustavo Brigagão sobre a sua visão sobre o Projeto de Lei complementar (PLP) 68/2024, que trata da regulamentação da Reforma Tributária aprovada através da Emenda Constitucional (EC) 132/2023. O PLP 68/2024 foi aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada e segue agora para apreciação e votação no Senado.

Qual a sua avaliação sobre o PLP 68/2024?

Para mim, o maior defeito, tanto do PLP 68/2024, que trata das regras gerais da CBS (Contribuição Social de Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), quanto do PLP 108/2024, que trata do Comitê Gestor, e que ainda não foi à votação, é que eles foram objeto de uma elaboração por parte de 19 grupos de trabalho dos quais participaram, exclusivamente, representantes das Fazendas federal, estaduais e municipais. Os contribuintes não tiveram assento nesses grupos. Esses projetos foram elaborados com espírito, obviamente, fazendário e enviesado para o lado das Fazendas. Isso fez com que saísse um projeto que não agrada de jeito algum e que vai criar distorções na economia que são muito preocupantes, pois o único viés é arrecadatório.

O que tínhamos que ter tido nesses grupos era a reunião de representantes das três esferas da Federação e das instituições representativas dos contribuintes. Se tivesse havido um encontro de vontades entre fazendas e contribuintes, que são os que pagam a conta, o projeto teria sido entregue à Câmara dos Deputados de forma muito mais palatável, mas não foi isso o que aconteceu. O projeto foi entregue à Câmara, que fez várias audiências públicas, das quais eu participei de algumas, onde os contribuintes tiveram a oportunidade de tentar apontar questões que eram absolutamente relevantes, sendo que algumas foram atendidas e outras não, entre as quais algumas muito sérias.

E aí chega na votação da Câmara, que, por excelência, sobre a presidência do Arthur Lira, é sempre açodada, sempre feita de forma, a meu ver, absolutamente inadequada com aquilo que se espera de uma norma que tem a importância da regulamentação da reforma tributária. Como ele votou um regime de urgência, o projeto não passou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos, de forma a que ele fosse digerido através de mais ambientes de debate entre contribuintes e fisco. Tudo foi feito com a ideia de que “nós temos que correr o máximo com isso, pois estamos esperando a Reforma Tributária há 30 anos”. Com a EC 132/2023 foi a mesma coisa.

Esse projeto será objeto de muitos debates no Senado. Lá, o cenário é outro. No Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, da qual surgiu a EC 132/2023, no Senado houve condição de diálogo e de troca de ideias entre todos, sendo que o projeto passou pelas comissões e teve audiências públicas. Houve, efetivamente, um exame por parte da casa legislativa. No Senado, eu espero, realmente, que a situação mude e que se tenha condições de demonstrar quais são os problemas que esse projeto está oferecendo ao Brasil, e não apenas aos contribuintes, pois essa é a história da Galinha dos Ovos de Ouro. Se a Galinha for morta, acabam os Ovos de Ouro, já que parte deles são tributos.

O que mais lhe chamou a atenção, tanto positivamente quanto negativamente, no PLP 68/2024?

Negativamente, tem tantas coisas que, normalmente, nessas circunstâncias, eu me atenho a determinados pontos e fico martelando na mesma tecla. Por exemplo, a PEC 45/2019, na Câmara dos Deputados, tinha uma definição de não cumulatividade que eu achava que ficava muito aquém daquilo que estava sendo prometido. Eles acabaram aumentando o conceito, que ficou muito melhor, mas colocaram ali uma semente de debate. Isso porque uma das maiores fontes de contencioso que temos no Brasil é a questão de bens de uso e consumo pessoal, cujo conceito precisa ser trabalhado de forma específica, pois ele não está adequado.

Mas eu tenho duas outras questões, ainda relativas à não cumulatividade, que são muito desastrosas. O primeiro ponto é que os créditos estão sendo condicionados a que o elo anterior da cadeia tenha, efetivamente, pago o imposto por ele. Quando você condiciona esse creditamento ao pagamento pelo elo anterior, você vira fiscal da tributação da CBS e do IBS. Isso porque eu tenho que virar para o fornecedor e questioná-lo se ele pagou o tributo, e para que eu possa me creditar, eu vou ter que pedir o documento de arrecadação que comprove o pagamento.

Só que ele pode se virar para mim e me dizer que não tem como encaminhar o documento de arrecadação pago, pois o pagamento não foi feito através do recolhimento em espécie para os cofres públicos, pois como seus créditos eram maiores que seus débitos, eles foram compensados. Nesse caso, você terá que fazer uma auditoria para saber se o seu fornecedor fez essa compensação corretamente. Isso gera uma complexidade enorme. Imagine a situação de uma loja de departamento que terá que fazer isso com 15 mil fornecedores. Quem tem que fazer isso é a fiscalização, ou do Comitê Gestor ou da Receita Federal, e não o contribuinte.

Isso não existe em lugar algum do mundo. Eu já fiz dois congressos internacionais e convidei a professora Rita de La Feria, que é a musa inspiradora do CCIF (Centro de Cidadania Fiscal), que foi quem elaborou toda essa reforma tributária. Quando eu lhe perguntei se ela conhecia algum lugar no mundo que tivesse condicionado o crédito do pagamento ao elo anterior da cadeia, ela me disse que não conhecia e que já tinha dito ao CCIF para que não fizesse isso.

Por mais que a PEC 132/2024 preveja o condicionamento do crédito ao pagamento do elo anterior da cadeia, o PLP 68/2024 poderia fazer ou não essa exigência, mas o problema é que ele fez isso, prevalecendo assim a vontade fazendária. Isso é desastroso.

Normalmente, os tributos que são não cumulativos, como IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), possuem alíquotas elevadas. Por exemplo, o PIS/Cofins possui os dois regimes, cumulativo e não cumulativo, sendo que a alíquota do cumulativo é 3,65%, e a do não cumulativo é de 9,25%. Se nós tivermos um tributo não cumulativo com complexidades para o creditamento, nós vamos ter um tributo cumulativo, que em tese deveria ser não cumulativo, com uma alíquota elevada. Vale lembrar que a alíquota da CBS e do IBS, se não for a maior, certamente será uma das maiores do mundo.

O segundo ponto é a adoção do split payment, que era uma mera opção dada ao legislador complementar, e que acabou sendo adotada no PLP 68/2024. O split payment é o recolhimento do imposto na boca do caixa, ou seja, toda vez que você pagar um fornecedor, o próprio banco vai fazer a divisão do valor pago, repassando ao fornecedor e aos cofres públicos as suas partes.

O primeiro mal disso é a quebra absoluta do fluxo financeiro da empresa. Hoje, esses pagamentos são feitos depois de um prazo e apenas se a empresa tiver tido mais débitos que créditos. Com o split payment, não. Com ele, você vai recolher aos cofres públicos independentemente de, naquele período, ter tido mais créditos que débitos. Se no final do período você tiver saldo credor, as Fazendas terão que devolver esse valor. Agora, você sabe como é a devolução de créditos nesse país. Por exemplo, os créditos de exportação estão acumulados há anos, sendo que a promessa de alguns estados para pagá-los é de 20 anos. Outro exemplo: os empréstimos compulsórios feitos na década de 1980 não foram devolvidos até hoje aos contribuintes. Essa é a nossa realidade: os valores que deveriam ser restituídos pelo Estado aos contribuintes não são restituídos.

Aliado à quebra do fluxo de caixa, há uma complexidade operacional para se fazer isso, pois tanto os contribuintes quanto o poder público terão que ter softwares apropriados para essa operação. Isso implica um custo financeiro para que essas tecnologias sejam implementadas, o que gera um problema de concorrência, pois as grandes empresas terão muito mais condições que as menores para adotar esse sistema. Na Europa, o split payment não deu certo. A Deloitte fez um estudo, encomendado pela União Europeia, que apontou que o split payment não funcionaria devido às razões que acabei de te dizer.

Quando o split payment é aplicado, ele não é aplicado genericamente como está no projeto, mas para determinados setores onde há sonegação fiscal, pois assim se gera um controle que é muito maior. O regime de pagamento do imposto na boca do caixa já existe hoje através de um regime especial de fiscalização do ICMS que impõe ao contribuinte que o valor do imposto seja pago no momento da venda. Isso é completamente anômalo, mas esse contribuinte é considerado devedor contumaz, ou seja, ele é um sonegador, um mal pagador de impostos.

Se se quer aplicar o split payment, que ele seja aplicado de forma específica em setores que são, notoriamente, sonegadores, e não de forma genérica. Se não for assim, essa complexidade vai ser tão grande que os contribuintes vão querer passar para a informalidade, o oposto que se quer com o split payment, que é um tiro no pé. Existem outras questões, mas essas são as que me preocupam mais.

Mas você vê algum aspecto positivo nesse projeto?

Olha, de positivo, eu acho que temos a junção das competências de estados e municípios através da IBS, pois eles vivem brigando para saber se o imposto que incide numa série de situações é o ICMS ou o ISS (Imposrto sobre Serviços). Esse conflito vai desaparecer. Isso é favorável, mas eu vou te dizer que é difícil achar coisas boas nessa reforma.

No início, eu era favorável a ela, tanto que o pessoal do CCIF me chamava para dar palestras. Se você pegar artigos meus de anos atrás, eu sugeria a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Federal, como estava no início da PEC 45/2019, mas do jeito que esse projeto foi evoluindo, sinceramente… Eu estou muito assustado com o que estou vendo.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/a-regulamentacao-da-reforma-tributaria-vai-criar-distorcoes-na-economia

SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEMERJ - CNPJ: 42.586.511/0001-87
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

Considerando as disposições do art. 48-A da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro – e demais previsões legais, a Diretoria Colegiada do SEMERJ convoca os Srs. Mantenedores associados em condição de voto, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada por meio virtual no dia 23 de julho de 2024, através da plataforma Zoom, com gravação, e com acesso por link específico que será disponibilizado e enviado aos associados posteriormente, para deliberar sobre: Negociação Sindical com o Sinpro-Rio; Assuntos Gerais. A Assembleia virtual será realizada em primeira chamada às 10h30min. e às 11h00. em segunda e última chamada, com qualquer número de participantes, devendo a instituição associada, que não se fizer representar por seu mantenedor, apresentar até 02 (dois) dias antes da realização do evento - por remessa eletrônica para o sítio do SEMERJ, procuração e atos constitutivos, outorgando poderes de voto e representação ao procurador designado. A votação será aberta, devendo o mantenedor ou seu procurador, obrigatoriamente, registrar sua presença e voto no chat da plataforma do encontro, sob pena de ser o mesmo desconsiderado. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2024. Rui Otávio Bernardes de Andrade - Presidente

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO RIO DE JANEIRO
Resultado das Eleições – Gestão 2024/2028

A Comissão Eleitoral de 2024 em cumprimento ao Estatuto do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro e ao Regimento Eleitoral vem divulgar o resultado do Pleito Eleitoral para Gestão 2024/2028 do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro – Diretoria e Conselho Fiscal, Chapa 01 –“Resistência e Luta”: 81,45% dos votos válidos, 2,15% de votos brancos e 16,40%% de votos nulos. Gustavo Henrique Cornélio – Presidente da Comissão Eleitoral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA
COPERABAN - COOPERTATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL
CNPJ 16.979.658/0001-27
NIRE 33.4.0005214-5

O Diretor Presidente da COOPERATIVA COPERABAN - COOPERTATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede no dia 28 de Julho de 2024, em primeira convocação às 09h00min com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h00min com metade mais 01 (um)do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: Assembleia Geral Extraordinária: 1. Entrada de Novos Cooperados; 2. Saída de Cooperados Associados; 3. Eleição do Novo Mandato da Diretoria. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2024. WELLINGTON CARVALHO GUIMARÃES. DIRETOR PRESIDENTE.

Quase metade da população acha que país está melhor este ano

Febraban: para 31% está igual a 2023

Pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostra que 46% dos entrevistados para o Radar Febraban avaliam que o país melhorou em relação a 2023, mesmo percentual da pesquisa de abril. O contingente que acha que o país está igual ao ano passado é de 31%, um ponto a mais que no levantamento anterior.

Realizada entre os dias 28 de junho a 4 de julho, com 2 mil pessoas nas cinco regiões do país, pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), o Radar Febraban mapeia a percepção e expectativa da sociedade sobre a vida, aspectos da economia e prioridades para o país.

A mesma tendência de otimismo se verifica quanto à expectativa de melhora do país no restante do ano. Para 55%, haverá melhora e para 23% tudo continuará da mesma forma. Desde fevereiro de 2023, a perspectiva positiva da população diante do futuro permanece estável e acima dos 53% verificados em fevereiro de 2023.

Para 73% dos entrevistados, a inflação continua sendo uma preocupação. Esse contingente avaliou que os preços dos produtos aumentaram ou aumentaram muito em comparação com os últimos seis meses. A percepção de queda dos preços foi de 8% e o percentual daqueles que pensam que a inflação ficou estável é de 1%.

Segundo o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Ipespe, apesar do otimismo, há cautela com relação ao país. "De um lado, mantém a percepção de que a situação está melhor do que antes e expressa esperança de que a situação do país vai melhorar. Mas, a pressão dos preços de algumas categorias de produtos e de serviços, que continuam impactando no seu bolso, refreia a expansão do otimismo", avaliou.

A pesquisa também indicou que, para 42%, a vida pessoal e familiar está igual ao ano passado, enquanto 39% avaliam que está melhor. A percepção de piora oscilou de 17% para 19% entre abril e julho. Para 67%, a vida pessoal e familiar irá melhorar no restante de 2024. Pelo menos 38% disseram que estarão menos endividados este ano do que estavam em 2023 e 36% não veem perspectiva de alteração no endividamento. Já 23% pensam que estarão mais endividados.

Segundo o Radar Febraban, 59% das pessoas pensam que a inflação e o custo de vida sofrerão aumento; o mesmo percentual acredita no aumento de suas dívidas. Aqueles que acreditam que os impostos aumentarão são 58%. Para 50%, haverá aumento da taxa de juros. Entre os entrevistados, 36% acreditam que haverá expansão do crédito e do acesso e 31% acham que que o poder de compra das pessoas. Mas 38% creem que o desemprego crescerá e 30% acreditam que haverá aumento do salário.

Desejos da população

Mais da metade dos brasileiros (53%) declararam que investiriam em moradia, seja para comprar (34%) ou reformar (19%) caso tivesse recursos para isso. Em seguida, se houvesse sobras no orçamento, 46% aplicariam o dinheiro no banco (poupança: 21%; outros: 25%). Em seguida, aparecem os investimentos em educação pessoal. A educação da família vêm na sequência (12%).

Os entrevistados também expressaram vontade de viajar; comprar carro (8%); fazer ou melhorar o plano de saúde (8%); comprar eletrodomésticos ou eletrônicos (5%); comprar moto (3%); fazer seguro de carro, casa, vida ou outros (2%).

Petrobras aumenta oferta de diesel para o Terminal de Santos

A Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP), registrou um recorde, no segundo trimestre deste ano, na produção de diesel S-10. Foram produzidos 990 mil m³, superando a marca anterior de 966 mil m³ do terceiro trimestre de 2023. O dado também é superior ao produzido no mesmo período do ano passado, informou a Petrobras nesta segunda-feira.

A produção de diesel S10 na RPBC aumentou a oferta do produto ao mercado devido à alta confiabilidade da planta industrial da refinaria e ao sistema logístico de escoamento da produção, que permitiu à unidade trabalhar com cargas mais elevadas, em patamares muito eficientes. Outra ação determinante foi a adequada gestão da rotina operacional, com o controle das variáveis mais impactantes e priorização de recursos.

Para o diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, "o recorde na RPBC atesta o empenho da companhia ao investir no refino e atender aos compromissos comerciais com confiabilidade, disponibilidade operacional, valorização das pessoas e rentabilidade das unidades, sempre garantindo a segurança das operações".

Ações de logística

Segundo a Petrobras, o recorde na RPBC é atribuído a uma série de iniciativas de logística, em parceria com a Transpetro, que possibilitaram aperfeiçoar o escoamento do diesel S-10 pelo Terminal de Santos. O resultado foi uma marca histórica de movimentação do produto desde 2018, alcançando 386,3 mil m³ no segundo trimestre.

Entre as iniciativas, a Petrobras ampliou o tamanho dos lotes para cargas de diesel S-10 em navios. Ou seja, otimizando a tancagem do terminal e a infraestrutura existente, foi incrementada a eficiência das operações de escoamento, aperfeiçoando bombeios e minimizando perdas por interfaces de derivados.

De acordo com o diretor de Logística, Comercialização e Mercados da Petrobras, Claudio Schlosser, incrementar o escoamento do diesel S-10 para o Terminal de Santos atende a uma lógica comercial que traz ganhos para a Petrobras e o país: "É muito importante utilizar a margem disponível de escoamento e alcançar o mercado com o maior volume possível. Dessa forma, oferecemos mais essa oportunidade para nossos clientes".

Pix atrai atenção dos vizinhos do Brasil

O modelo de pagamento instantâneo brasileiro, o PIX, tem influenciado outros países da América Latina. No Brasil, o Pix foi o compromisso do Banco Central em liderar o projeto e de trabalhar com as instituições financeiras e o setor privado de maneira colaborativa. De acordo com dados do órgão regulador, em 2023, os brasileiros movimentaram cerca de R$ 17 trilhões via Pix, o que representa um aumento de 57,8% comparado ao ano anterior, quando as movimentações totalizaram R$ 10,89 trilhões. Do início das transferências até 31 de outubro de 2023, foram realizadas 66,5 bilhões de transações.

"Há uma crescente colaboração e troca de experiências entre os países latino-americanos com o intuito de estabelecer padrões regionais para os pagamentos instantâneos e o trinômio conveniência, segurança e eficiência impulsiona esta demanda. A ideia é que os protocolos de interoperabilidade facilitem a integração entre os diferentes métodos de transferência instantânea como forma de promover e fomentar o ecossistema financeiro regional", diz Jorge Iglesias, CEO da Topaz, empresa internacional de tecnologia especializada em soluções financeiras digitais da América Latina.

A Topaz tem soluções como core bancário, prevenção de fraudes financeiras e mitigação de riscos operacionais e transacionais em canais digitais como Internet Banking, Mobile Banking, Soluções de Onboarding e Segurança dos Canais Digitais, Open Finance e a funcionalidade de câmbio, em que é possível realizar transações multimoedas, seja entre uma conta e outra ou na compra e venda de dinheiro estrangeiro. "Nossa solução para pagamentos se adapta facilmente às novas regulamentações de mercado, fornecendo controles apurados e automatizados que se integram com facilidade a soluções de segurança, para que a instituição ofereça transações instantâneas mais eficientes e seguras, do alerta de risco à estimativa de saldos 24/7", explica Jorge Iglesias.

Países vizinhos

Em relatório divulgado recentemente pelo PagSeguro, empresa de pagamentos internacionais do PagBank, o Pix mostrou resultados notáveis em 2023, atingindo 168 milhões de transações em um único dia e representando 17% de todas as vendas on-line na América Latina, com tendência de crescimento para 19% entre 2023 e 2026. Na Colômbia, por exemplo, o Banco de la República utiliza o Pix como referência e adota uma postura de interlocutor do movimento de inovação com uma pauta em constante evolução, como no sistema brasileiro. Modelos similares também acontecem no México e Peru.

Já em outros países como Equador e Uruguai, os bancos centrais têm um perfil mais regulador, deixando que as instituições financeiras definam entre elas a melhor maneira de se comunicarem para adoção do sistema de pagamento instantâneo, ecossistema que permite aos clientes compartilharem, de maneira segura, seus dados financeiros com terceiros em busca de produtos e serviços mais convenientes e com custos mais baixos em comparação com os métodos de pagamento tradicionais.

"O modelo brasileiro mostra o quanto estamos na vanguarda da inovação financeira, permitindo ao Brasil exportar tecnologia e conhecimento que poderão ser replicados em outros países. A utilização da Inteligência Artificial e de modelos conversacionais dará um impulso ainda maior aos serviços financeiros do futuro, que deverão integrar Pix, Open Finance e Real Digital para garantir mais eficiência e segurança nas transações", analisa Iglesias.

Para ele, a evolução do Pix serve de exemplo para outros países da região e emerge como um catalisador fundamental na redefinição do setor financeiro em toda a América Latina, com capacidade de estimular a criatividade e a diversificação dos negócios, e conectá-lo com plataformas dos países vizinhos pode ser o início de uma escalada global para facilitar as transações internacionais. "Além disso, tende a ser um grande benchmarking para regulações e tecnologia em outros países que desejam acelerar a migração aos pagamentos instantâneos, tudo isso baseado em inovação tecnológica e na criação de um arcabouço regulatório, que promova a segurança e a eficiência dessas transações em constante evolução", conclui.

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentário às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31.12.2023 – DFL Indústria e Comércio S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

Prezados Acionistas, A administração da DFL Indústria e Comércio S.A. (“DFL” ou “Companhia”) apresenta aos senhores(as) o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras Individuais da Companhia, acompanhada de parecer dos auditores independentes, para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações operacionais e financeiras de 2023 e 2022 abaixo, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em milhares de reais (R$). **Perfil da Companhia:** A DFL foi fundada no ano de 1939 e em poucos anos se consolidou no mercado como a maior importadora e representante de produtos odontológicos no Brasil. Desde então são oito décadas de uma brilhante atuação, focados no desenvolvimento e produção de seus produtos e construção de sólida reputação de sua marca junto a consumidores, distribuidores, fornecedores e comunidade científica. O reconhecimento da qualidade e excelência da DFL desencadeou uma série de importantes marcos, que passaram pela construção de sua sede no polo farmacêutico de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, início da produção de anestésicos injetáveis, ampliação de suas instalações com a inauguração de modernos laboratórios de P&D e automação do parque industrial. Em 2023 a DFL completou 84 anos de fundação como uma empresa global. Com a colaboração de cerca de 325 profissionais e produtos comercializados em mais de 60 países, goza de reputação privilegiada por prover profissionais de saúde bucal com soluções odontológicas de excelência comprovada. **Mensagem da Administração:** É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023. Este ano foi marcado por importantes realizações e desafios superados, consolidando nossa posição de destaque na indústria odontológica. Durante 2023, continuamos a investir fortemente em inovação e tecnologia, aprimorando nossos produtos e serviços para atender às crescentes demandas do mercado odontológico. Reforçamos nosso compromisso com a inovação, destinando 7% da receita líquida para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A sustentabilidade também esteve no centro de nossas ações. Implementamos iniciativas voltadas para a redução do impacto ambiental, como a otimização do uso de recursos naturais e a adoção de práticas de produção mais ecológicas. Nosso objetivo é não apenas liderar o setor em termos de inovação, mas também ser referência em responsabilidade socioambiental. Olhando para o futuro, estamos otimistas quanto às oportunidades que se apresentam. Continuaremos a focar no aumento da nossa capacidade produtiva, na expansão de nosso portfólio de produtos, na melhoria contínua de nossos serviços e na busca por novas parcerias que possam fortalecer nossa posição no mercado global. Agradecemos ao nosso acionista controlador pela confiança e apoio contínuos, aos nossos clientes pela preferência e lealdade, e aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação que tornam possível nossa trajetória de sucesso. Estamos certos de que, com o compromisso de todos, 2024 será um ano de ainda mais conquistas e realizações. **Cenário Setorial:** O mercado apresentou em 2023 um crescimento de 6% em volume, totalizando cerca de R$ 38 bilhões de reais. O setor odontológico no Brasil apresentou um grande avanço em 2023. Foi marcado por diversas inovações tecnológicas e com um aumento na quantidade de profissionais formados na área e na procura por soluções estéticas. Além disso, as pessoas estão cada vez mais conscientes sobre a importância da saúde bucal, impulsionados pelas campanhas de conscientização contribuindo para a melhoria da saúde da população. Resumindo, com a crescente demanda por serviços odontológicos e a preocupação crescente dos brasileiros com a saúde bucal e questões estéticas, é esperado que o setor continue crescendo e oferecendo diversas oportunidades. **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Receita Operacional:** Em 2023 a Receita líquida de venda de produtos avançou 13,2% em relação a 2022, totalizando R$162.9 mil e confirmando a expectativa de recuperação da trajetória de crescimento percebida em exercícios anteriores, reflexo das medidas de contenção da pandemia global e aumento do percentual de vacinação da população em geral. Desses totais, as vendas para o mercado externo totalizaram R$22,3mil. **Custo e Margem Operacional:** Os custos de mercadoria vendida totalizaram R$ 79,3 mil em 2023, resultando numa margem operacional consolidada de 51,3% em 2023 (47,8% em 2022), motivada por uma maior eficiência operacional, otimização do nosso mix de vendas e posicionamento de preços. Este aumento está vinculado as aquisições dos insumos nacionais e importados. **Despesas Gerais e Administrativas:** O ano de 2023 apresentou 56,4% de crescimento a/a em Despesas gerais e administrativas, que somaram R$ 77,6 mil em 2023 (R$49,6 mil em 2022), sendo que R$ 21,5 mil são despesas não recorrentes. Essas refletem o esforço aplicado pela Empresa ajustando seu quadro na área produtiva e administrativa, com finalidade de adequação para sustentabilidade de suas operações. **Dívida Líquida:** A dívida líquida da empresa totalizou R$ 69 mil e o saldo bruto de Empréstimos e Financiamentos da DFL foi de R$ 124mil no encerramento do ano de 2023, sendo que 61% do total está no curto prazo. Porém, mesmo com um alto percentual de endividamento no curto prazo, a Companhia conseguiu superar esse desafio com o apoio do acionista, que efetuou aporte de R$ 48 mil em dez/2023. Esse aporte foi de extrema importância para a Companhia, pois permitiu que em 2024 buscasse alternativas para reorganizar sua estrutura de endividamento e reduzirmos essa alavancagem. Ao utilizar parte desse recurso para pré-quitarmos dívidas de curto prazo e mais onerosas e até mesmo para evitar de buscarmos no mercado novas captações no primeiro semestre de 2024 Desse modo, buscaremos em 2024 reduzir o custo de endividamento e o alongamento do prazo médio ponderado de vencimento da Companhia, que encerrou o exercício de 2023 em 21 meses. Considerando os saldos de Empréstimos e Financiamentos, bem como os saldos de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, a Companhia registrou posição caixa líquida de R$ 69 mil ao final do período. Assim, o índice de alavancagem, medido pela Dívida Líquida sobre o Ebitda ajustado, ficou em 1,69 contra 4,3 em 2022. Como resultado, a Companhia apresenta uma estrutura de capital melhor para permitir o crescimento sustentável de suas operações e poder aproveitar as oportunidades de mercado. **EBITDA:** No ano de 2023, o EBITDA Ajustado¹ atingiu R$ 41 mil 2023, um crescimento de 38% em comparação ao ano de 2022. Com isso, a Margem EBITDA Ajustada¹ foi de 25,0% no ano, um incremento de 5p.p. no período. Para cálculo dessa métrica, o referido ajuste exclui as despesas não recorrentes e a Participação nos Lucros (PLR).

Patrimônio Líquido e Dividendos:

Recomposição do Ebitda R$/mil)	2023 Atual	2022 Atual
Receita Líquida	162.860	143.966
Resultado Líquido do Período	**-16.685**	**1.341**
Margem Líquida	-10,2%	0,9%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.498	501
(+) Depreciação e Amortização	5.577	4.666
(+/-) Resultado Financeiro	20.420	18.101
Ebitda	**11.811**	**24.609**
Margem Ebitda	7,3%	17,1%
Dívida Líquida / Ebitda	5,84	5,16
(+) Despesas Não Recorrentes	21.511	3.077
(+) Despesas (PLR e Bonus)	7.414	1.798
Ebitda ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)	**40.735**	**29.485**
Margem Ebitda Ajustada[1]	25,0%	20,5%
Dívida Líquida / Ebitda (sem PLR e Não recorrentes)	1,69	4,31

Patrimônio Líquido e Dividendos

O patrimônio líquido da DFL fechou 2023 em R$ 96,3 mil (R$ 64,2 mil em 2022). Não houve distribuição de dividendos.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais - R$)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.491	23.892
Contas a receber	6	35.720	32.332
Estoques	7	22.777	25.153
Impostos a recuperar	8	14.246	24.318
Adiantamentos fornecedores/outros	9.1	765	797
Despesas antecipadas		746	1.483
Total do Ativo Circulante		**129.745**	**107.975**
Ativo Não Circulante			
Despesas antecipadas		249	729
Depósitos Judiciais		446	414
Créditos com partes relacionadas	9.2	7.282	7.506
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	37.019	36.869
Imobilizado	11	58.849	58.872
Intangível	12	22.657	27.727
Total do Ativo Não Circulante		**126.502**	**132.117**
Total do Ativo		**256.247**	**240.092**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	15	11.597	10.756
Empréstimos e financiamentos	13	75.974	69.437
Arrendamentos a pagar	14	545	628
Obrigações sociais e trabalhistas	16	10.369	4.167
Obrigações fiscais	17	3.236	3.506
Outras contas a pagar	18	4.045	4.119
Total do Passivo Circulante		**105.766**	**92.613**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	48.499	81.465
Arrendamentos a pagar	14	54	394
Obrigações fiscais	17	1.055	663
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	19	4.593	792
Total do Passivo Não Circulante		**54.201**	**83.314**
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		**159.967**	**175.927**
Patrimônio Líquido			
Capital Social Subscrito e Integralizado	20	115.244	66.444
Reserva de Lucros - Reserva Legal		434	434
Prejuízos Acumulados		(19.398)	(2.713)
Total do Patrimônio Líquido		**96.280**	**64.165**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**256.247**	**240.092**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R$, Exceto o Resultado por Ação)

	Notas	Exercícios Findos 31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	21	162.860	143.966
Custos dos Produtos Vendidos	22	(79.307)	(75.096)
Lucro Bruto		**83.553**	**68.870**
Despesas gerais e administrativas	23	(77.601)	(49.607)
Outras receitas operacionais	24	281	680
Lucro antes do Resultado Financeiro		**6.233**	**19.943**
Receita Financeira	25	9.577	11.815
Despesa Financeira	25	(29.997)	(29.916)
(Prejuízo) e Lucro antes dos Impostos		**(14.187)**	**1.842**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	26	(2.648)	(1.856)
Diferidos	26	150	1.355
(Prejuízo) e Lucro líquido do exercício		**(16.685)**	**1.341**
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício por Lote de 1.000 Ações - Valor Expresso em Reais- R$ (Básico e Diluído)		(70,57)	5,53
Capital Social Subscrito e Integralizado - Número de Ações Ordinárias		**404.055.499**	**242.407.725**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais- R$)

	Exercícios Findos 31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) e Lucro líquido do exercício	**(16.685)**	**1.341**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	**(16.685)**	**1.341**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R$)

	Capital Social Subscrito e Integralizado	Reserva de Lucros-Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021, Reapresentado	**66.444**	**434**	**(4.054)**	**62.824**
Lucro líquido do exercício	-	-	1.341	1.341
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**66.444**	**434**	**(2.713)**	**64.165**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(16.685)	(16.685)
Aumento de Capital Social	48.800	-	-	48.800
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**115.244**	**434**	**(19.398)**	**96.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R$)

	Notas	Exercícios Findos 31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		(16.685)	1.341
Reversão de provisão para perda de estoques		(1.408)	(1.567)
Reversão de provisão para perda de contas a receber		(9)	(598)
Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	11	6.626	-
Custo e despesa de depreciação e de amortização	11 e 12	5.805	4.666
Juros e encargos sobre Empréstimos e financiamentos	13	18.410	16.685
Marcação a mercado da Dívida	13	2.139	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	19	3.801	157
Despesa(Receita) de impostos (IRPJ e CSLL) diferida	26	(150)	(1.355)
(Aumento) de créditos com partes relacionadas	9.4	224	-
Lucro do Exercício Ajustado		**18.753**	**19.329**
Redução (aumento) em Ativos			
Contas a receber de clientes	6	(3.379)	(9.735)
Estoques	7	3.784	(3.461)
Impostos a recuperar	8	10.072	(2.045)
Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros		32	1.425
Depósitos Judiciais		(32)	(414)
Despesas pagas antecipadamente		1.218	1.717
Total de Redução (aumento) em Ativos		**11.695**	**(12.513)**
Aumento (redução) em Passivos			
Fornecedores	15	840	(2.508)
Obrigações sociais e trabalhistas	16	6.202	(4.411)
Obrigações fiscais	17	122	(938)
Outras contas a pagar	18	(74)	1.737
Total de Aumento (redução) em Passivos		**7.090**	**(6.120)**
Pagamentos de Juros e encargos de Empréstimos e financiamentos		(20.496)	(16.685)
Total do Caixa Gerado (Utilizado) nas Atividades Operacionais		**17.042**	**(15.989)**
Atividades de Investimentos			
Pagamentos para aquisição de ativo imobilizado/intangível	11 e 12	(7.339)	(12.645)
Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	11	-	844
Total do Caixa (Utilizado) nas Atividades de Investimentos		**(7.339)**	**(11.801)**
Atividades de Financiamentos			
Captação de Empréstimos e financiamentos	13	40.712	103.546
Pagamentos de Principal de Empréstimos e financiamentos	13	(67.193)	(73.010)
Arrendamentos a pagar	14	(423)	1.022
Aumento (diminuição) de débitos com parte relacionadas	9.4	-	(1.116)
(Aumento) de créditos com partes relacionadas		-	(1.342)
Aumento de capital social	20	48.800	-
Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos		**21.896**	**29.100**
Total do Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**31.599**	**1.310**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Exercício	5	23.892	22.582
No Final do Exercício	5	55.491	23.892
Total do Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**31.599**	**1.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de reais-R$’000, exceto quando indicado de outro modo)

1. **Contexto Operacional:** A **DFL Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1938, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que tem como atividade a fabricação, importação, exportação, distribuição e a comercialização de medicamentos, correlatos e saneantes, como também a importação de insumos farmacêuticos para o fim de aplicações nos produtos a serem comercializados. A partir do ano de 2020, a Companhia retomou de forma vigorosa seus investimentos em desenvolvimento de um cabedal científico, tecnológico e de inovação. Essas medidas têm também incluído um amplo programa de registro de seus produtos em novos mercados, através do investimento em capital humano, organizacional e processos técnicos que proporcionarão gradualmente a entrada da marca em países ainda não atendidos por nossa rede de distribuição. A Administração da Companhia tem adotado como visão estratégica para os próximos anos caminhar em direção à implementação de uma rede de inovação aberta, tornando-se um agente direto na ligação entre pesquisa e desenvolvimento acadêmico e a aplicação prática dessas novas tecnologias através da utilização de seus produtos – modelo este adotado por grandes empresas do setor farmacêutico ao longo de mais de uma década em parques tecnológicos nos Estados Unidos e Europa. Foram realizadas mudanças na área comercial com o objetivo de reestruturar a área para sustentar o crescimento da receita para os próximos anos. Acreditando no negócio, os acionistas majoritários efetuaram aporte no valor de R$ 48.800 (vide nota 20) com o objetivo de diminuir o endividamento e melhorar o caixa da companhia. Permitindo que a Companhia inicie o próximo exercício com indicadores financeiros melhores. **2. Sumário das informações materiais da política contábil: 2.1. Base de Preparação e de Apresentação das Demonstrações Financeiras -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da: • Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; • Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento; • Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; • Avaliação da realização de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativo; • Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; • Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; • Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e passivos. A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Diretoria continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas. Destacamos a seguir, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil: **2.2. Reconhecimento das Receitas e Despesas - Receita de Vendas -** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos os principais pontos: Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: **Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente- um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos; **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato- um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente; **Passo 3**: Determinar o preço da transação- o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente; **Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato- uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou sérvio distinto prometido no contrato; **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade de satisfizer uma obrigação de desempenho- A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente, o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço. O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita. **Receitas Financeiras -** As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa de juros efetivos. **Receitas, Custos e Despesas -** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. **Despesas Financeiras -** As despesas de natureza financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, quando aplicáveis, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método da taxa de juros efetiva. As receitas e as despesas de variações cambiais são reportadas no resultado da Companhia numa base separada. **2.3. Tributos - Impostos sobre as vendas -** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que eles são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Impostos Indiretos -** As receitas de vendas de produtos no Brasil estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas a seguir apresentadas. Os encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos. Os seguintes impostos indiretos se aplicam à Companhia: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Programa de Integração Social Não Cumulativo (PIS); e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Não Cumulativo (COFINS). **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** O IRPJ e a CSLL corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para o IRPJ e de 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real fiscal bruto auferido em cada ano calendário. A (despesa) ou receita de IRPJ e da CSLL compreende os impostos correntes e diferidos. O IRPJ e a CSLL corrente e diferida são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou no passivo circulante, independente da previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IRPJ e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço patrimonial entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando os impostos diferidos passivos de IRPJ e de CSLL surgem do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal de IRPJ e de base negativa de CSLL. Impostos diferidos ativos e passivos de IRPJ e CSLL estão reconhecidos no passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos de IRPJ e CSLL relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (PL) em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial também são registrados no PL, e não em conta de resultado. **2.4. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações legais -** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos Contingentes- são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivos Contingentes- são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e Obrigações Legais- são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a constitucionalidade dos tributos. **2.5. Instrumentos Financeiros -** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. **Ativos Financeiros -Custo amortizado -** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos Financeiros - Valor Justo por Meio do Resultado -** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos Financeiros - Mensuração Inicial** - No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Ativos Financeiros - Mensuração Subsequente ao Custo Amortizado -** Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago; e Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável:** A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos Financeiros-Reconhecimento Inicial -** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). **Passivos Financeiros - Mensuração Subsequente ao Custo Amortizado -** São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva; **Passivos Financeiros- Mensuração Subsequente ao Valor Justo por Meio do Resultado -** São contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período. **Ajuste a Valor Presente -**Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. **Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia não fez uso de instrumentos financeiros derivativos durante o período e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Vide outros comentários sobre instrumentos financeiros na nota explicativa 27. **2.6. Operações de Arrendamento Mercantil-CPC 06 (R2) -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Como arrendatário - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, o cálculo da taxa de desconto tem como base a taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco da Companhia, aos prazos de contratos de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia" ou "DFL")

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros -** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que esse não consideraria em outras transações indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra os respectivos recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu *valor* continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **2.8. Transações em Moeda Estrangeira -** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários (financeiros) denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários (não financeiros) mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.9. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras -** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Ainda, todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para serem emitidas pela Diretoria Estatutária da Companhia em 08 de julho de 2024. **2.10. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos em contas correntes bancárias e depósitos com liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor. **2.11. Contas a Receber de Clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, e são avaliadas no momento inicial pelo seu valor presente (quando aplicável) e deduzidas da provisão para perda estimada de créditos. A provisão para perda estimada de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **2.12. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido ajustado ao valor das eventuais perdas. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e de outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. A Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento foram constituídas conforme políticas contábeis estabelecidas e são consideradas suficientes pela Administração da Companhia. **2.13. Imobilizado -** Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Rubrica Contábil	Taxa de Depreciação
Edifícios	25 anos ou 4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 anos ou 10% a.a.
Móveis e utensílios	10 anos ou 10% a.a.
Equipamentos de informática	5 anos ou 20% a.a.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma Provisão para perdas ("*Impairment*") por valor não recuperável de ativos imobilizados foi julgada necessária. **2.14. Intangível -** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os custos associados ao desenvolvimento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, que ocorre em 31 de dezembro de cada ano.

	31/12/2023	31/12/2022
Rubrica Contábil	Taxa de Amortização	Taxa de Amortização
Projetos*	5,8%	6,6%
Software	5 anos ou 20% a.a.	5 anos ou 20% a.a.

* Apresentado conforme taxa média ponderada baseada na conclusão e realização dos projetos. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.15. Perda ("*Impairment*") por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros -** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ("*impairment*") ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de juros de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia para o setor em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.16. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Por outro lado, um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, *pro-rata* dia. A administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a valor presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC12. **2.17. Lucro por Ação do Capital Social (Básico e Diluído) -** O lucro ou prejuízo líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro ou prejuízo líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria. O lucro líquido ou prejuízo líquido por ação diluído é computado ajustando-se o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3. Mudanças na Políticas Contábeis e Divulgações: 3.1. Mudanças Adotadas pela Companhia em 1° de janeiro de 2023 - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez pela Companhia para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023: • **CPC 50 Contratos de Seguro:** O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50. • **Alterações ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração de Prática Fazendo Julgamentos de Materialidade -** As alterações modificam as exigências com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. • **Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro** - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade. • **Alterações ao CPC 23 -** Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis: As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Demonstrações Fluxos de Caixa (DFC): As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas pelo método indireto nos termos permitidos pelo CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta corrente de movimento	7.481	4.938
Aplicações financeiras **(a)**	48.010	18.954
Total	**55.491**	**23.892**

(a) *Representado por papéis de renda fixa indexado ao CDI- Certificado de depósito interbancário, cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data da sua contratação e com taxas de remuneração de até 101%, além de poupança.*

6. Contas a Receber:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	32.209	26.290
Clientes do exterior	5.199	7.739
Total a receber bruto	**37.408**	**34.029**
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas - PCE	**(1.688)**	**(1.697)**
Total receber líquido	**35.720**	**32.332**

Contas a Receber de Clientes, Líquido de PCLD	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Vencidos:		
Até 30 dias	1.361	1.335
De 31 a 60 dias	204	-
De 61 a 90 dias	46	16
De 91 a 180 dias	70	-
Acima de 180 dias	7	-
Acima de 360 dias	-	1.786
Total de Créditos Vencidos	**1.688**	**3.137**
Créditos a vencer:		
Até 30 dias	16.350	11.223
De 31 a 60 dias	11.573	10.587
De 61 a 90 dias	4.552	5.414
De 91 a 180 dias	1.360	1.971
Total de Créditos a Vencer	**33.835**	**29.195**
Total Geral	**35.720**	**32.332**

7. Estoques:

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	4.245	5.801
Produtos em processo de produção	6.126	11.248
Matérias-primas	3.749	3.053
Materiais de embalagens	7.248	5.878
Mercadoria Importada	607	-
Mercadoria Nacional	82	-
Outros estoques	2.064	1.925
Total dos saldos brutos dos estoques	**24.121**	**27.905**
Provisão para Estoques Obsoletos e Giro Lento	**(1.344)**	**(2.752)**
Total dos Estoques Líquidos	**22.777**	**25.153**

Os produtos acabados e em processo de produção são avaliados pelo custo médio, enquanto as matérias-primas, materiais de embalagens e os outros estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de realização ou de reposição. A Companhia efetua inventários mensais e avalia se existem produtos com pouca ou baixa movimentação, obsoletos ou danificados.

8. Impostos a Recuperar:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS-Programa de Integração Social	1.651	2.764
COFINS- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6.219	14.143
Total de PIS e COFINS a Recuperar (a)	**7.870**	**16.907**
IRPJ e CSLL- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.669	6.508
IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados	668	896
ICMS (regular, sobre aquisição de imobilizado e de substituição tributária)	32	-
Outros impostos a recuperar	7	7
Total	**14.246**	**24.318**

(a) *A Companhia revisou os créditos fiscais registrados no exercício de 2023 com base em premissas como análise das naturezas das atividades envolvidas para geração do crédito e procedimentos adotados para apropriação dos créditos relativos à PIS e COFINS não cumulativos a fim de assegurar que tais créditos estariam em conformidade para sua utilização. Com a realização dessa revisão a Companhia efetuou a baixa de R$6.437, considerando que em um cenário de questionamento por parte da Receita Federal por compensações desses saldos, a Companhia teria o risco de não conseguir realizar o levantamento de documentação suporte suficiente e preparo de defesa no caso de autuações.*

9. Outras Contas Ativas Circulantes e Não Circulante:

9.1. Adiantamentos à Fornecedores/Outros

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores nacionais e outros	254	184
Adiantamentos a fornecedores no exterior	413	418
Importação em andamento	-	45
Outros adiantamentos	98	150
Total de Adiantamentos fornecedores/outros	765	797

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas físicas e jurídica (a)	7.282	7.506
Total de Créditos com Partes Relacionadas	**7.282**	**7.506**

9.2. Créditos com Partes Relacionadas - ***(a)*** *Contratos de mútuo com acionistas com incidência de juros pactuada entre as partes. Em 2023 houve atualização monetária de R$841 e a baixa no valor de R$1.065 de contratos de mútuo, onde R$ 500 foram baixados pelo pagamento de acordo judicial, mencionado na nota explicativa 21, em que ficou definida ampla, geral e irrestrita quitação às partes, abrangendo quaisquer outras verbas que poderiam ser pleiteadas em juízo ou fora dele, extinguindo-se de modo irrevogável quaisquer pretensões que as partes poderiam ter uma contra a outra, e R$ 565 pela não expectativa de realização.*

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: *Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia constituiu créditos fiscais de IRPJ e de CSLL sobre diferenças temporárias de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, totalizando R$37.019 em 2023 e R$36.869 em 2022. Vide a seguir composição do saldo, expectativa de realização dos créditos fiscais por ano e movimentação da conta:*

10.1. Composição dos Créditos de Impostos Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Bases de Cálculo:		
Base de cálculo- Base negativa da CSLL	110.898	102.106
Base de cálculo- Prejuízos fiscais - IRPJ	108.151	110.717
Cômputos dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL		
CSLL-9% sobre a base de cálculo	9.981	9.190
IRPJ-25% sobre a base de cálculo	27.038	27.679
Total dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL	**37.019**	**36.869**

10.2. Estimativa de Realização por Ano	31/12/2023	31/12/2022
Exercício a findar-se em 31/12/2023	-	3.435
Exercício a findar-se em 31/12/2024	4.177	7.233
Exercício a findar-se em 31/12/2025	3.833	9.162
Exercício a findar-se em 31/12/2026	4.216	10.904
Exercício a findar-se em 31/12/2027	4.637	6.135
Exercício a findar-se em 31/12/2028	4.752	-
Mais de cinco anos	15.404	-
Total dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL	**37.019**	**36.869**

11. Imobilizado e Direito de Uso: 11.1. Composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos 31/12/2023	Saldos líquidos 31/12/2022
Terrenos	-	1.652	-	1.652	1.652
Edificações	4%	48.572	(20.449)	28.123	29.774
Máquinas e equipamentos	10%	17.968	(17.199)	769	1.166
Equipamentos e acessórios	10%	14.254	(7.822)	6.432	3.404
Móveis e utensílios	20%	2.904	(2.221)	683	472
Instalações	4%	2.234	(2.066)	168	201
Equipamentos de informática	20%	2.757	(1.759)	998	1.304
Imobilizado em andamento	-	19.292	-	19.292	19.748
Outros ativos imobilizados	10%	689	(458)	231	260
Direito de Uso - imóvel locação		75	(55)	20	47
Direito de Uso - veículos locação		1.574	(1.093)	481	844
Total:		**111.971**	**(53.122)**	**58.849**	**58.872**

11.2. Movimentação do Imobilizado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023:

	Saldos líquidos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência Líquidas (a)	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2023
Terrenos	1.652	-	-	-	-	1.652
Edificações (b)	29.774	10	-	209	(1.870)	28.123
Máquinas e equipamentos	1.166	-	-	-	(397)	769
Equipamentos e acessórios (b)	3.404	1.012	-	2.696	(680)	6.432
Móveis e utensílios (b)	472	49	(2)	269	(105)	683
Instalações (b)	201	28	-	11	(72)	168
Equipamentos de informática	1.304	77	(7)	48	(424)	998
Imobilizado em andamento (a)	19.748	2.442	(62)	(2.836)	-	19.292
Outros ativos imobilizados	260	12	-	-	(41)	231
Direito de Uso - imóvel locação	47	2	-	-	(30)	19
Direito de Uso - veículos locação	844	363	-	-	(725)	482
Total:	**58.872**	**3.995**	**(71)**	**397**	**(4.344)**	**58.849**

(a) *A Companhia considera os bens que ainda não entraram em operação como imobilizado em andamento e por não estarem aptos para seu uso. A expectativa é que esses imobilizados entrem em operação até 2027 conforme conclusão das benfeitorias, implementação de maquinários a cada exercício.*

(b) *Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi transferido R$397 do intangível (Projetos) para o imobilizado.*

11.3. Movimentação do Imobilizado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldos líquidos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência Líquidas (a)	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2022
Terrenos	1.652	-	-	-	-	1.652
Edificações	31.642	-	-	-	(1.869)	29.773
Máquinas e equipamentos	2.221	-	(277)	-	(775)	1.168
Equipamentos e acessórios	2.838	1.023	-	62	(490)	3.433
Móveis e utensílios	508	78	-	-	(114)	472
Instalações	378	-	-	-	(177)	201
Equipamentos de informática	1.206	462	-	9	(364)	1.313
Imobilizado em andamento (a)	17.156	2.772	-	(216)	-	19.712
Outros ativos imobilizados	282	16	(66)	-	26	258
Direito de Uso - imóvel locação	-	73	-	-	(26)	47
Direito de Uso - veículos locação	-	1.211	-	-	(367)	844
Total:	**57.883**	**5.635**	**(343)**	**(145)**	**(4.157)**	**58.872**

(a) *Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi transferido R$145 do imobilizado para o intangível como acima demonstrado.*

12. Intangível: 12.1. Composição do Intangível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	% anual de taxa da amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos em 31/12/2023	Saldos líquidos em 31/12/2022
Softwares	20%	5.629	(2.059)	3.570	4.053
Licença de produtos	Indefinida	800	-	800	800
Projetos	Indefinida	19.241	(954)	18.287	20.841
Ágio por rentabilidade futura da Nova DFL	Indefinida	-	-	-	2.033
Total do Intangível		**25.670**	**(3.013)**	**22.657**	**27.727**

12.2. Movimentação do Intangível para o Exercício Findo em 31 dezembro de 2023:

	Saldos líquidos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Trans-fer. Líquidas	Amortização	Saldos líquidos em 31/12/2023
Softwares	4.053		-	-	(508)	3.545
Licença de produtos	800	-	-	-	-	800
Projetos (**b**)	20.841	3.344	(4.522)	(397)	(954)	18.312
Ágio por rentabilidade futura da Nova DFL (**a**)	2.033	-	(2.033)	-	-	-
Total do Intangível	**27.727**	**3.344**	**(6.555)**	**(397)**	**(1.462)**	**22.657**

(a) *O Ágio por rentabilidade futura foi baixado, após análises efetuadas durante o exercício de 2023, a Companhia avaliou que a manutenção desse montante de R$ 2.033 não se faz aplicável e concluiu pela baixa, tendo em vista que tais ganhos na aquisição não sustentam um retorno ou a expectativa do benefício esperado pela Companhia no futuro.* ***(b)*** *Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi transferido R$397 do intangível (Projetos) para o imobilizado.*

12.3. Movimentação do Intangível para o Exercício Findo em 31 dezembro de 2022:

	Saldos líquidos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transfer. Líquidas (b)	Amortização	Saldos líquidos em 31/12/2022
Softwares	4.562	-	-	-	(509)	4.053
Licença de produtos	800	-	-	-	-	800
Projetos (b)	14.186	7.012	(502)	145	-	20.841
Ágio por rentabilidade futura da Nova DFL (a)	2.033	-	-	-	-	2.033
Total	**21.581**	**7.012**	**(502)**	**145**	**(509)**	**27.727**

(a) *Refere-se Ágio pago pela aquisição da própria Companhia decorrente de rentabilidade futura, cujo ágio estava na ex holding-controladora Mayaguana, a qual foi incorporada de forma reversa. A Companhia está totalmente operacional e gerando de lucros operacionais e, portanto, inexiste impairment para o valor contabilizado.* ***(b)*** *Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi transferido R$145 do imobilizado em andamento para o intangível (Projetos).*

13. Empréstimos e Financiamentos:	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional	**90.513**	**137.739**
GIRO	58.104	91.363
NCE	22.132	35.714
FINAME	10.057	10.141
LEASING	219	521
Em moeda estrangeira	**31.821**	**13.163**
ACC	15.329	13.163
4131	16.492	-
Total Empréstimos	**122.334**	**150.902**
Instrumentos financeiros (Swap cambial)	2.139	-
Total Geral	**124.473**	**150.902**
Circulante	**75.974**	**69.437**
Não Circulante	**48.499**	**81.465**

Swap - Em 02 de fevereiro de 2023 a Companhia firmou nova operação de empréstimo externo nos termos da Lei 4.131/1962 com o Banco Itaú, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em duas tranches de EUR 1.850 mil em 09 de fevereiro de 2023, totalizando EUR 3.700 mil, convertido em reais R$ 20.693 mil. Para cobertura do risco de exposição cambial foi contratada operação de swap vinculada. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia. A amortização de principal e juros ocorre trimestralmente tendo o vencimento da operação em 26/01/2026. Abaixo a movimentação do saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2023
Dívida Inicial	**150.902**	**120.366**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**46.978**	**13.605**
Captações	40.712	103.546
Pagamento do principal	(67.193)	(73.010)
Pagamento de juros	(20.443)	(16.439)
Variação cambial líquida	(54)	-
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**18.410**	**16.685**
Juros de empréstimos - competência	19.294	16.568
Variação cambial líquida	(884)	117
Dívida Final	**122.334**	**150.902**
Efeito de instrumento financeiro derivativo	2.139	-
Dívida Final Geral	**124.473**	**150.902**

As linhas de empréstimo possuem como garantia os próprios bens, representado, principalmente, por imóveis e direitos decorrentes da titularidade de créditos cedidos. A Companhia está cumprindo com suas obrigações pontualmente.

Por Modalidade	Saldo Devedor	% Garantia de Recebíveis	AVAL	Outras garantias	Contratos com FGI
ACC	15.329	0,0%	Sim		-
GIRO	60.860	10,5%	Sim		38.737
NCE	19.377	24,5%	Sim		-
FINAME	10.057	20,0%	Sim		-
4131	18.631	0,0%	Sim	Imóvel (Fábrica)	
LEASING	219	0,0%	Sim		-
Total	**124.473**	**10,6%**			**38.737**

13.2. Cronograma de Amortização - Em 31 de dezembro de 2023, as informações sumarizadas sobre os vencimentos das operações estão apresentadas conforme abaixo:

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

	Passivo Circulante			Passivo não circulante				
Modalidade	Principal + Encargos	Principal	Encargos (Juros + variação cambial)	2025	2026	2027	2028	Saldo Devedor Total
ACC	15.329	14.999	330	-	-	-	-	15.329
GIRO	34.611	33.793	818	17.106	6.262	2.219	662	60.860
NCE	12.221	12.003	218	6.056	1.100	-	-	19.377
FINAME	3.391	3.334	57	3.333	3.333	-	-	10.057
4131	10.271	7.728	2.543	6.793	1.567	-	-	18.631
LEASING	151	134	17	68	-	-	-	219
Total	**75.974**	**71.991**	**3.983**	**33.356**	**12.262**	**2.219**	**662**	**124.473**

Nota Covenants: Em determinados contratos de empréstimos, nas modalidades de capital de giro e empréstimos em moeda estrangeira junto aos agentes fiduciários e instituições financeiras, a Companhia assumiu a obrigação de cumprir determinadas cláusulas restritivas de vencimento antecipado (*covenants*) apuradas anualmente, tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência por parte da Companhia que não seja devidamente elidida no prazo legal; (ii) não manutenção de índices financeiros (covenants financeiros) apurados anualmente, com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia. Os *covenants* financeiros sobre empréstimos assumidos pela Companhia são:

Dívida Líquida / EBITDA ajustado	Limites
Contrato Itaú 4131	Igual ou inferior a 2,0Igual
Contrato BBM Giro 602880	ou inferior a 3,0
Contrato BBM Giro 603584	Igual ou inferior a 4,0
EBTIDA ajustado / Desp. Financeira Liq.	**Limites**
Contrato BBM Giro 602880	Igual ou superior a 1,2
Contrato BBM Giro 603584	Igual ou superior a 1,5
Índice (Apuração)	**Limites**
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 2, 0
EBITDA ajustado / Despesas financeiras líquidas	Igual ou superior a 1,6

* EBITDA Ajustado: contempla EBITDA referente à atividade da Cia + os efeitos não recorrentes do exercício de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com os *covenants* financeiros e não financeiros requeridos.

14. Arrendamento a Pagar:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imóveis						
Valor bruto Imóveis	20	-	20	23	26	49
Valor dos encargos financeiros Imóveis	-	-	-	-	-	-
Total Líquido de Imóveis	**20**	**-**	**20**	**23**	**26**	**49**
Valor bruto Veículos	531	54	585	612	371	983
Valor dos encargos financeiros Veículos	(6)	-	(6)	(7)	(3)	(10)
Total Líquido de Veículos	**525**	**54**	**579**	**605**	**368**	**973**
Total Geral	**545**	**54**	**599**	**628**	**394**	**1.022**

Em 31 de dezembro de 2023 a cia possuía 1 (um) contrato de locação de imóveis e 6 (seis) contratos de locação da frota de veículos que se enquadraram nos critérios de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional. Os contratos de locação classificados como arrendamento de direito de uso possuem prazos contratuais como segue: a) 3 anos para locação de imóveis; b) 2 anos para locação da frota de veículos. A taxa de desconto utilizada varia entre 0,11% a.m. a 4 % a.a.

15. Fornecedores:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores nacionais	10.200	9.433
Fornecedores no exterior	1.397	1.323
Total de fornecedores	**11.597**	**10.756**

A Companhia possui saldos com fornecedores em dólar (USD) e em euro (EUR).

16. Obrigações Sociais e Trabalhistas:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Provisão para férias e encargos incidentes	2.386	2.676
Gratificação a funcionários	7.081	612
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	637	625
FGTS - Fundo de garantia por tempo de serviço	204	212
Rescisão Contrato de Trabalho	18	16
Empréstimos Consignados a funcionários	43	26
Total salários e obrigações sociais	**10.369**	**4.167**

17. Obrigações Fiscais :	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ICMS devido sobre atividades operacionais	1.479	1.216
Retenções fiscais conforme lei 10.833/2001	482	532
Parcelamento de INSS	-	180
Parcelamentos de ICMS	489	460
Parcelamento de Contribuição Previdenciária	257	1.028
Parcelamento Receita Federal	91	81
Outros impostos e contribuições	438	9
Total de obrigações fiscais- Passivo circulante	**3.236**	**3.506**
Obrigações fiscais de origem de longo prazo		
Parcelamentos de ICMS	903	215
Parcelamento Receita Federal	187	251
Parcelamento de Contribuição Previdenciária	-	341
(-) Juros a incorrer	(35)	(144)
Total das obrigações fiscais- Passivo não circulante	**1.055**	**663**
Total geral das obrigações fiscais a recolher	**4.291**	**4.169**

18. Outras Contas a Pagar:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Adiantamento de Clientes Nacionais	-	62
Adiantamento de Clientes no Exterior	481	1.246
Telecomunicações	39	81
Fretes	285	74
Seguros	20	23
Serviços Profissionais	2.814	2.344
Água, esgoto e energia elétrica	238	88
Outras Contas a Pagar	156	197
Prestação de Contas	-	4
Serviços Terceiros - PF a pagar	12	-
Total de outras contas a pagar	**4.045**	**4.119**

19. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ações trabalhistas, cíveis e tributárias acompanhadas por um escritório de advocacia externo. Em 31 de dezembro de 2022 registrou contingências de perdas prováveis no valor de R$ 633 compondo-se por R$629 trabalhista, R$4 cíveis e pagamentos de R$ 412 e reversão dos processos trabalhistas R$ 40 e tributária R$ 23. Em 31 de dezembro de 2023 registrou provisão para riscos decorrentes de perdas prováveis no valor de R$3.801 compondo-se por R$ 323 trabalhista e cíveis R$ 3.478. As contingências classificadas como perdas possíveis não contabilizadas em 31 de dezembro de 2023 totalizaram a cifra de R$1.314 (R$ 9.035 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação da Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:

Saldo em 31/12/2021	**635**
Pagamentos	(412)
Aumento de provisão, líquida	569
Saldo em 31/12/2022	**792**
Aumento de provisão, líquida	3.801
Saldo em 31/12/2023	**4.593**

20. Patrimônio Líquido: Capital Social Subscrito e Integralizado: Este está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição dos Acionistas	Número de ações Ordinárias	%	Número de ações Ordinárias	%
DAL Participações Ltda	248.616.884	61,53%	219.136.583	90,40%
Diniz Ferreira Baptista	128.191.985	31,73%	-	0,00%
Joel Kos	15.126.242	3,74%	12.120.386	5,00%
Marcos Antônio Nunes	4.848.155	1,20%	4.848.155	2,00%
Mauro Dagoberto Krajcer	4.848.155	1,20%	4.848.155	2,00%
Rafael Cisne de Paula	2.424.078	0,60%	1.454.446	0,60%
Total	**404.055.499**	100,00%	**242.407.725**	100,00%
Valor do capital social subscrito e integralizado, sem valor nominal por ação ordinária-R$ mil	**115.244**		**66.444**	

Em 07 de dezembro de 2023, foi aprovado mediante a ata da assembleia geral, o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$48.800 mediante a emissão de 161.647.774 (cento e sessenta e um milhões, seiscentas e quarenta e sete mil e setecentas e setenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,30 (trinta centavos) por ação, nos termos do art. 170, §1º, II, da Lei das Sociedade por Ações, todas subscritas e integralizadas neste ato pela acionista DAL Participações Ltda e pelo Sr. Diniz Ferreira Baptista, que nesta data ingressou no quadro de acionistas da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$66.444 para R$115.244 dividido em 404.055 ações ordinárias. Em 17 de novembro de 2022, as transferências das ações ordinárias do Evandro da Maia e Dal Participações Ltda, sem valor nominal para os acionistas Rafael Cisne da Paula 727.223, Joel Kos em 4.848.154,25 totalizando 5.575.377, passando a ser Joel Kos 12.120.386, Marcos Antônio Nunes Monteiro em 4.848.155, Mauro Dagoberto Krajcer 4.848.155 e Rafael Cisne da Paula 1.454.446 e Dal Participações Ltda 219.136.583 assim totalizando 242.407.725. **Reserva Legal e Dividendos** - A Reserva legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. Os dividendos, conforme determinado pelo estatuto, a destinação do lucro líquido, quando aplicável, ocorrerá depois de constituída a Reserva legal, conforme deliberação da Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal).

21. Receita Operacional Líquida: Vide composição a seguir, das receitas operacionais liquidas auferidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita Bruta		
Venda de produtos de fabricação própria	178.401	155.824
Revenda de mercadoria	3.704	5.931
Total de receita bruta	**182.105**	**161.755**
Deduções de receita bruta		
Devoluções e cancelamento de vendas	(2.108)	(2.546)
Tributos sobre vendas	(17.137)	(15.243)
Total das deduções de receita bruta	**(19.245)**	**(17.789)**
Total da receita operacional liquida	**162.860**	**143.966**

22. Custos de Produtos Vendidos:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Custo dos produtos vendidos:		
Das atividades produtivas normais	(79.307)	(75.096)
Total dos Custos dos Produtos Vendidos	**(79.307)**	**(75.096)**

23. Despesas Gerais e Administrativas: Vide composição a seguir, das despesas administrativas e gerais incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Despesas com pessoal	(32.571)	(25.328)
Serviços de consultorias	(3.818)	(4.092)
Despesas com vendas e comerciais	(9.013)	(7.524)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(5.152)	(4.854)
Depreciação\ Amortização	(2.531)	(1.548)
Água, Luz, Telecomunicações, Gás	(514)	(708)
Aluguel	(281)	(170)
Contingências	(3.878)	(569)
Seguros	(48)	(44)
Taxas e outros impostos	(1.622)	(1.581)
Matérias uso e manutenção	(1.007)	(718)
Outras despesas administrativas	(1.123)	(2.471)
Perda por ociosidade	(2.000)	-
Baixa do Ágio Incorporação Mayaguana (Vide nota 12.2)	(2.033)	-
Baixa Pis e Cofins (Vide nota 8)	(6.437)	-
Baixa IRRF	(918)	-
Mercadoria Extraviada	(71)	-
Perda de Projetos Cancelados (Vide nota 12.2)	(4.584)	-
Total das despesas administrativas e gerais	**(77.601)**	**(49.607)**

24. Outras Receitas Operacionais:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Outras Receitas (a)	281	680
Total Outras Receitas e Despesas	**281**	**680**

(a) *Referem-se à valores pelo recebimento de sinistro das seguradoras Tokio Marine e FL Brasil, decorrente de roubo de mercadoria.*

25. Resultado Financeiro: Vide composição a seguir, do resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	3.943	10.425
Receita com aplicação financeira	1.110	710
Juros ativos e descontos obtidos	3.192	680
Variação Monetária Ativa	1.331	-
Total das receitas financeiras	**9.577**	**11.815**
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(4.408)	(9.944)
Juros Empréstimos	(19.206)	(16.930)
Perdas com Derivativo de Hedge	(2.138)	-
Juros passivos	(2.688)	(1.404)
Despesas bancárias e encargos de cobrança	(824)	(662)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(411)	(468)
Outras despesas financeiras	(322)	(508)
Total das despesas financeiras	**(29.997)**	**(29.916)**
Total do resultado financeiro líquido	**(20.420)**	**(18.101)**

26. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro: 26.1. Correntes - Vide demonstração do cômputo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(14.186)	1.842
Adições temporárias e permanentes	39.424	24.706
Exclusões temporárias e permanentes	(14.009)	(18.648)
Lucro tributável estimado	**11.228**	**7.900**
(Despesa) corrente de IRPJ e de CSLL	**(2.648)**	**(1.856)**

26. 2. Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo e Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida

	Exercício Findo	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Diferenças temporárias ativas:		
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	(2.472)	(806)
Outras diferenças temporárias	2.622	2.161
Total de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo Computados no Exercício	**150**	**1.355**
Total Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida	**150**	**1.355**

27. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos: 27.1. Classificação dos Instrumentos Financeiros por Categoria - Valor justo Hierárquico: Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: *Nível 1:* a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; *Nível 2:* a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e *Nível 3:* a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam- se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, descontos a valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **27.2 Gestão de Risco -** Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia de risco cambial e risco de taxa de juros. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48. O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visas otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: **Riscos de Mercado - Risco Cambial -** O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos. Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição a mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos ativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía operações vigentes de hedge com caráter exclusivo de proteção cambial para os respectivos empréstimos em moeda estrangeira contratados junto a instituições financeiras. As características específicas dessas operações de hedge estão divulgadas na nota explicativa 13. **27.3. Análise de Sensibilidade -** Um fortalecimento do dólar como indicado a seguir, contra o real, em 31 de dezembro de 2023, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do exercício de relatório. Essa análise de sensibilidade considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2023, como indicado a seguir:

	Taxa Corrente Euro		Taxa Corrente Dólar Americano	
Valor da taxa	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Valor em Reais-R$	5,35	5,57	4,84	5,22

	Valor Denominado em Euro Equivalentes em Dólar Americano em Exposição US$ Mil		Valor Denominado em Dólar Americano ou em Euro Equivalentes em Dólar Americano em Exposição US$ Mil		Valor em Reais Mil Equivalentes em Exposição	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos (ACC)	5.948	2.363	6.574	2.523	31.821	13.163
Fornecedores a pagar no exterior	261	237	288	254	1.396	1.323
Contas a receber de clientes do exterior	(972)	(1.389)	(1.074)	(1.483)	(5.199)	(7.739)
Total Geral da Exposição Líquida Passiva	**5.237**	**1.211**	**5.788**	**1.293**	**28.018**	**6.747**

Se houver uma depreciação do Dólar Americano perante o valor do Real de 8% do Euro de 4%, seria trazido os seguintes impactos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia, decorrente da exposição abaixo:

	Ganho de 8% e 4% do Real Frente ao dólar e o Euro			
	Efeito Positivo Total da Perda Teórica Dólar Sensibilizada		Efeito Positivo Total da Perda Teórica Euro Sensibilizada	
	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Exercício Findo em 31/12/2022	481	481	982	982
Exercício Findo em 31/12/2023	2.046	2.046	2.252	2.252
Demonstração Perda Teórica Sensibilizada				
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Valor da Taxa Corrente	4,84	5,22	5,35	5,57
Valor da Taxa Corrente com decréscimos sensibilizados, 7% do dólar (2022), 8% dólar (2023), 13% do Euro (2022) e 4% do Euro (2023)	4,45	4,85	4,92	4,81
Total Geral Exposição Líquida Passiva	**5.237**	**1.292**	**5.237**	**1.292**
Valor em Reais	**25.351**	**6.746**	**28.019**	**7.198**
Total Geral da Exposição Líquida Passiva Equivalente:				
. 31 de dezembro de 2022	25.351	6.746	28.019	7.198
. 31 de dezembro de 2023	23.305	6.266	25.767	6.216
Total da Perda Cambial Teórica Sensibilizada	**2.046**	**481**	**2.252**	**982**

27.5. Fatores de Risco Financeiro - O risco de taxa de juros na Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos a pagar a bancos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos a pagar a bancos, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário **(CDI)** pós-fixados, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **27.5.1. Risco de Inadimplência -** A Companhia está exposta a riscos de inadimplência decorrentes das suas atividades e principalmente decorrentes de seus clientes. Esses riscos de inadimplência são analisados e controlados por relatórios de periódicos de vendas antes e depois dos procedimentos de cobranças internas e externas. **27.5.2. Risco de Crédito (Contas a Receber de Clientes) -** Devido à concorrência de mercado, a Companhia desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação de créditos. Busca e prioriza soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Diante desse cenário, todos os clientes (ativos e inativos) que venham a comprar na Companhia são obrigatoriamente encaminhados ao departamento financeiro para nova análise de crédito, considerando-se os seguintes critérios: Situação do CNPJ junto ao Serasa; análises internas; prazos de pagamentos; e definição do limite de crédito coerente. Tal procedimento é revisado periodicamente pela área financeira. **27.5.3. Gestão de Capital -** A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Essa Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A dívida líquida da Companhia para a relação ajustada de seu capital próprio (patrimônio líquido ou PL) ao final do exercício é apresentada conforme segue:

Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dívida liquida		
Total dos passivos circulante e não circulante	159.967	175.927
Menos Caixa e equivalentes de caixa	(55.491)	(23.892)
Total da dívida liquida da Companhia	**104.476**	**152.035**
Total do patrimônio líquido da Companhia	96.280	64.165
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**1,08 vezes**	**2,37 vezes**

Não houve alterações na abordagem da Companhia quanto à administração de seu capital (Patrimônio líquido) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital e de patrimônio líquido.

29. Cobertura de Seguros: A Companhia adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada: • Riscos operacionais: R$1.000; • Danos materiais: R$ 46.021; • Lucros cessantes: (limite máximo) R$6.000; e • Resp. Civil D&O: R$ 25.000.

31. Evento Subsequente: Em 09 de fevereiro de 2024, a DFL tomou a ciência do Termo de Acordo referente ao processo nº: 0250543-88.2018.8.19.0001 Civil, no montante de R$ 3.100 e R$ 400 referente aos honorários de sucumbência onde ocorreram a liquidação dos pagamentos em fevereiro de 2024 dos montantes provisionados em contingências em 31/12/2023.

Diretor Financeiro: Marco Antônio Nunes Monteiro – CPF: 760.462.577-00
Contador: Wagner Carlos Francisco da Silva - CPF 807.752.417-68
CRC/RJ 062508/O-9.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da DFL Indústria e Comércio S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da DFL Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DFL Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Informações Comparativas - Valores Correspondentes* - As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 5 de abril de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e uma ênfase relacionada aos Créditos Recuperáveis do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS supostamente prescritos nos termos da legislação tributária vigente. Esses créditos encontravam-se em discussão judicial quanto a sua prescrição e foram classificados com a possibilidade de perda possível pelos advogados externos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº PR 045179/O-9

Brasileiros acreditam no fim do papel moeda

Nas últimas três décadas, houve uma evolução do uso do dinheiro

O papel moeda vem dando lugar a outras opções de pagamento. O tema foi abordado pelo Mercado Pago (banco digital do Grupo Mercado Livre) na pesquisa "Da cédula ao Drex: a evolução do uso do dinheiro em 30 anos", realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

A pesquisa revela as percepções sobre o impacto do Plano Real, como a jornada financeira e a bancarização dos brasileiros. O estudo marca as iniciativas de letramento financeiro do banco digital em comemoração aos 30 anos do real. De acordo com o levantamento, para 50% dos brasileiros, o papel moeda vai acabar em dez anos. Já 36,5% veem a criação de uma moeda digital única como benéfica para o país.

Segundo o levantamento, 66% dos brasileiros se consideram total ou parcialmente incluídos financeiramente. Como impacto do aumento da inclusão de serviços financeiros, a pesquisa identificou que, dos entrevistados, 78% já possuem conta em alguma instituição financeira. O estudo ainda revela um dos principais vetores que motivaram a porta de entrada para a inclusão financeira: a abertura de conta.

De acordo com o levantamento, 35% dos brasileiros abriram sua primeira conta para receber salário ou bolsas, mas as inovações em pagamentos também foram alavancas, já que 32%, ou seja, responderam que abriram sua primeira conta para receber e fazer Pix.

"O brasileiro sente que tem cada vez mais acesso a serviços e produtos financeiros. Importante dizer que hoje também há uma grande oportunidade para ampliar o uso dessas soluções em prol do desenvolvimento econômico da população", analisa Ignácio Estivariz, vice-presidente de banco digital do Mercado Pago no Brasil. "O Plano Real foi um importante vetor de alavancagem da jornada financeira dos brasileiros, uma vez que 77% - que opinam sobre a moeda - acreditam ter obtido mais acesso a produtos financeiros nesse período", complementa o executivo.

Desafios

Os brasileiros que afirmam se sentirem excluídos financeiramente (34%), dizem que o principal motivo para a percepção de exclusão financeira está ligado ao acesso ao crédito. A conclusão se dá, uma vez que, quando perguntados porque se sentem pouco ou nada incluídos financeiramente, as três respostas mais apontadas são relacionadas a acesso à crédito, consolidando 73% das respostas.

"Nosso desafio é seguir oferecendo soluções financeiras cada vez mais simples, seguras e rentáveis", diz Estivariz. Dos 63% que não investem, 54% afirmam não aplicar por falta de dinheiro. Entretanto, 78% indicam ter algum recurso sobrando todos os meses. Ou seja, grande parte não visualiza a possibilidade de investimento de valores baixos e durante um período curto de tempo. O Estudo mostra que 15% não sabem por onde começar e 12% acham complicado / difícil.

A pesquisa também mostra que a poupança é a aplicação mais conhecida pelos entrevistados (90%) e também a modalidade de investimento mais usada (45%) sendo a única com penetração acima de 30% em todas as classes sociais.

O sonho da casa própria, listada como primeiro entre os motivos para investir, é apontado por 25% dos brasileiros. Já 22% começam a investir sem ter um plano específico.

Memória do real

De acordo com o levantamento, 38% dos brasileiros se lembram de quando a moeda mudou do Cruzeiro Real para o Real. Já 30% não se recordam, mas afirmam conhecer a história. Outros 32% não se lembram.

A pesquisa ainda mostra que 48% dos entrevistados acreditam que a nova moeda refletiu em mais estabilidade financeira para ele e sua família. Para 52% o seu poder de compra aumentou com a mudança.

A pesquisa também analisou a relação dos brasileiros com os bancos digitais e buscou mapear quais as principais razões para abertura de contas em fintechs e neobanks: para 34%, o motivo principal é ter conveniência de resolver tudo online sem precisar ir a uma agência física, 31% afirmam que o principal motivo para recorrer aos bancos digitais foi a burocracia reduzida para acessar serviços bancários, como transações via Pix, e 28% responderam que o fator principal é a ausência de taxas.

Quando o assunto é investimento, 58% dos brasileiros entendem que suas aplicações em bancos digitais rendem mais do que nos bancos tradicionais e 62% acreditam que investimentos em bancos digitais podem ser resgatados com mais rapidez.

Passagens aéreas aliviam classe A e alimentos atingem os mais pobres

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda apontou desaceleração da inflação para todas as faixas de renda pesquisadas em junho na comparação com o mês anterior. O segmento de renda alta teve queda mais significativa, que após um aumento de 0,46% em maio, registrou a inflação de 0,04% em junho. Já para as famílias de renda muito baixa, a desaceleração da inflação passou de 0,48% em abril para 0,29% em maio e junho.

As famílias de renda alta foram favorecidas pela queda das tarifas aéreas e dos transportes por aplicativo. Enquanto isso, as famílias de menor renda, além de não serem beneficiadas pela deflação das passagens aéreas, foram impactadas, em maior intensidade, pelo aumento dos preços dos alimentos no domicílio.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e indicam que a alta dos preços dos alimentos ao longo do ano é o principal fator de pressão sobre a inflação da classe de renda muito baixa, cuja taxa acumulada de 2,87% em 2024 situa-se bem acima da registrada pelo estrato de renda alta (1,64%).

Os dados acumulados em 12 meses, no entanto, mostram que as famílias de renda muito baixa ainda apresentam a menor taxa de inflação (3,66%), enquanto as famílias de renda alta possuem uma taxa mais elevada (4,79%).

Focos de pressão

Os grupos alimentação e bebidas, e saúde e cuidados pessoais se constituíram nos principais focos de pressão inflacionária para praticamente todas as classes de renda. Para alimentos e bebidas, mesmo com as deflações registradas para frutas (-2,6%), das carnes (-0,47%) e das aves e ovos (-0,34%), os reajustes dos cereais, impulsionados pela alta do arroz (2,3%), dos tubérculos (2%) e dos leites e derivados (3,8%), entre outros, explicam a alta dos preços dos alimentos no domicílio em junho.

Em relação ao grupo saúde e cuidados pessoais, houve impactado pelos reajustes dos produtos farmacêuticos (0,52%) e de higiene pessoal (0,77%), além dos serviços médicos, como hospital e laboratório (1%) e planos de saúde (0,37%).

Já as maiores pressões exercidas pelo grupo saúde e cuidados pessoais vêm dos produtos farmacêuticos (6,3%), de higiene (2,8%), dos serviços de saúde (8,5%) e dos planos de saúde (9,1%). Adicionalmente, para as famílias de renda baixa, os reajustes das tarifas de energia elétrica (3%) e de água e esgoto (6,6%) geraram uma contribuição inflacionária positiva vinda do grupo habitação.

Alimentos

Para as famílias de renda alta, o impacto do aumento dos preços dos alimentos e dos bens e serviços ligados à saúde foi compensado pelo alívio inflacionário vindo do grupo transportes. Esse grupo, mesmo com o reajuste de 0,64% da gasolina, foi beneficiado pela queda dos preços das passagens aéreas (-9,9%) e das tarifas de transportes por aplicativo (-2,8%).

Os dados acumulados em 12 meses revelam que, embora em graus distintos entre as faixas, as maiores pressões inflacionárias residem nos grupos alimentação, transportes e saúde e cuidados pessoais.

No caso dos alimentos, mesmo diante das deflações das carnes (-6,5%) e das aves e ovos (-1,2%), os aumentos dos cereais (19%), dos tubérculos (42,2%), das frutas (18,5%) e das hortaliças (15,7%) explicam esse quadro de pressão inflacionária, neste período. Em relação aos transportes, as maiores contribuições registradas em doze meses vieram das altas das tarifas do ônibus intermunicipal (9,6%), do metrô (10,8%) e do transporte por aplicativo (6,5%), além dos reajustes dos combustíveis (10%). Entretanto, os aumentos de 5,9% dos serviços pessoais e de 6,9% das mensalidades escolares fizeram com que os grupos despesas pessoais e educação pressionassem significativamente a inflação do segmento de renda alta.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44
Aviso de Leilão - Edital nº 014/2024. Leilão: APLBPSUCATA04-24. **Data:** 31 de julho de 2024, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA. **Objeto:** sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí - RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas não identificadas, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rodovia Lúcio Meira (BR 393), Nº: 47097, Bairro Arthur Cataldi - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico. **www.aplleiloes.com.br.**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024, às 11:00 horas. Instalada a reunião de diretoria e após o exame e a discussão da matéria constante da ordem do dia, os Diretores presentes: **(i.)** Consignaram que a filial **Filial Camaçari/BA**, estabelecida na Avenida Concentrica, s/n, Parte, Camaçari de Dentro, CEP: 42.806-040, Camaçari/BA, passa a exercer também as seguintes atividades designadas abaixo: a. 33.14-7-13 - Manutenção e rapação de máquinas; b. 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica; c. 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; d. 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas; e. 33.14.7-99 - Manutenção de máquinas de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente; f. 33.11-2-00 - Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos. **(ii.)** Consignaram as demais atividades exercidas pela **Filial Camaçari/BA**: a) CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL. • 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias. b) CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS. • 77.32-2-02 - Aluguel de andaimes; • 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; • 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; • 25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas; • 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral; • 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente; • 43.29-1-05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração; • 71.12-0-00 - Serviços de engenharia; • 25.39-0-02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais; • 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda; • 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente. **(iii.)** Ratificaram o endereço da sede social da Companhia, qual seja: **Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102. Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**
Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024.

SEMAR INSPEÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 13.846.289/0001-06 - **NIRE** 33.2.0899709-9
9ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas: **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A**., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF 18.593.815/0001-97, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102., representada, neste ato, pelos Diretores Estatutários os Srs. Ricardo Viana Barbosa e Marcelo Gonçalves Costa, doravante denominada simplesmente "**Priner**", na qualidade ainda de única sócia representando a totalidade do capital social do **SEMAR INSPEÇÕES LTDA.**, sociedade unipessoal devidamente constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.6.0094653-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.846.289/0001-06, com sede na Rua Alvorada nº 36, Campo Grande, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 23.055-200, com endereço eletrônico em: ana.lucena@priner.com.br, doravante denominada simplesmente "**Sociedade**". **1) AUMENTO DE CAPITAL DA SOCIEDADE:** A única sócia delibera por aumentar o capital social da sociedade, em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com emissão de 600.000 (seiscentos mil) novas quotas, cujo valor nominal é de R$ 1,00 (um real), que foram integralmente subscritas e integralizadas pela única sócia **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A** nesta data, em moeda nacional, com operação financeira realizada nesta data. Conforme subscrição deliberada acima, o novo Capital Social da Sociedade passa a ser *de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), dividido em 1.080.000 (um milhão oitenta mil) quotas,* com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. 1.1 Desta forma, em razão da deliberação acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte e nova redação: *Cláusula 5ª: O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), dividido em 1.080.000 (um milhão oitenta mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralmente detido pela única sócia titular PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.* Jucerja nº 6342137 em 15/07/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A. realizada em 16 de abril de 2024 - Ata Nº 06/2024. Local, **Data e Hora:** Na sede da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") na Avenida República do Chile, 330, bloco 1/sala 701, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no dia 16 de abril de 2024 às 17h. A reunião ocorreu de forma digital, com a participação por meio da plataforma digital com acesso individual concedido aos membros. **Presenças:** O Conselho de Administração ("Conselho") foi regularmente convocado e atingido quórum para reunião nos termos do Regimento Interno do Conselho. Presentes os membros titulares, os Srs. André Gustavo Borba Assumpção Haui, Antonio José Barreto de Araujo Junior e Silvano Gianni; as Sras. Ana Cristina Rosa Garcia e Mariangela Fialek; e o membro suplente, Sr. Alexandre Petrone Vilardi. Como secretário da reunião, o Presidente da Companhia, o Sr. Nelson Antônio de Souza. **Ordem do Dia:** Aberta a reunião, foram examinadas e debatidas as matérias constantes da pauta como segue: **(1) Eleição de Administrador –** Conforme previsão do artigo 12, V do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, eleger, em complementação de mandato a expirar na assembleia geral ordinária de 2026, como Diretor sem designação específica da Brasilcap Capitalização S.A, o Sr. **Wallace Behrend Harchbart**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade nº 3688902 SESP - DF, inscrito no CPF sob o n° 941.813.491-87, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida República do Chile, 330, bloco 1/sala 701, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Em razão dessa eleição, dá-se por finda a extensão de mandato do Sr. Frederico Guilherme Fernandes de Queiroz Filho. **(1.1)** O Diretor eleito declara não estar incurso em nenhum crime que o impeça da prática de atos mercantis, encontrando-se, portanto, livre e desimpedido para ocupar o cargo da administração de sociedades comerciais, em observância ao disposto no artigo 147, §1º da Lei 6.404/76. Declara, ainda, que preenche as condições previstas na Resolução CNSP n. 422/2021. **(1.2)** Os membros da Diretoria Estatutária, os Srs. Nelson Antônio de Souza, Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo e Antônio Carlos de Macedo Teixeira Filho permanecerão no exercício dos seus cargos até a investidura de novos membros. **(2) Composição da Diretoria -** face ao deliberado no item (1), ficará a Diretoria Estatutária da Brasilcap Capitalização S.A. assim constituída: **Nome/Cargo:** Nelson Antônio de Souza - Presidente; Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo - Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos; Antonio Carlos de Macedo Teixeira Filho - Diretor Sem Designação Específica; **Wallace Behrend Harchbar**t - Diretor Sem Designação Específica. **(3) Funções dos Diretores Estatutários -** face ao item (2) seguem as funções específicas dos diretores estatutários: **(i) Funções atribuídas ao Diretor Antonio Carlos de Macedo Teixeira Filho:** Responsável administrativo-financeiro (Circular SUSEP 234/03, art. 1º, III). Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Resolução CNSP Nº 432/2021, art. 3º, II). Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP nº 383/2020. **(ii) Funções atribuídas ao Diretor Wallace Behrend Harchbart:** Responsável pelas relações com a Susep (Circular SUSEP Nº 234/2003, art. 1º, I). Responsável técnico (Circular SUSEP Nº 234/2003, art. 1º, II e Resolução CNSP Nº 432/2021, art. 3º, II). Responsável pela Política Institucional de Conduta da companhia (Resolução CNSP Nº 382/2020). Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP nº 415/2021. **(iii) Funções atribuídas ao Diretor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo:** Responsável pelos controles internos (Resolução CNSP Nº 416/2021). Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234/03, art. 1º, IV e 612/2020, art. 12). **(4) Moção de Agradecimentos –** Os conselheiros solicitaram registro de louvor e agradecimento ao Sr. Frederico Guilherme Fernandes de Queiroz Filho pelo excelente desempenho apresentado durante o exercício de seu cargo. **Documentos Arquivados** - Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação dos membros do Conselho de Administração. **Emissão e Distribuição** - Fica o Secretário autorizado a emitir e distribuir tantas cópias quantas necessárias ao fiel cumprimento das disposições legais em vigor. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada, seguirá para assinatura dos membros do Conselho de Administração. O Secretário dessa reunião declara, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta reunião, especialmente os previstos na legislação vigente. **André Gustavo Borba Assumpção Haui -** Presidente; **Antonio José Barreto de Araujo Junior -** Conselheiro; **Alexandre Petrone Vilardi -** Conselheiro; **Nelson Antônio de Souza** - Secretário. **Ana Cristina Rosa Garcia -** Conselheira; **Mariangela Fialek -** Conselheira; **Silvano Gianni -** Conselheiro. **Lista dos Conselheiros Presentes ao Ato -** Estiveram presentes à reunião extraordinária do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A., realizada em 16/04/2024, os seguintes conselheiros: **1. André Gustavo Borba Assumpção Haui, Membro Titular (Presidente). 2. Ana Cristina Rosa Garcia, Membro Titular. 3. Antonio José Barreto de Araujo Junior, Membro Titular. 4. Mariangela Fialek, Membro Titular. 5. Silvano Gianni, Membro Titular. 6. Alexandre Petrone Vilardi, Membro Suplente. Homologada pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.071, de 1º de julho de 2024 e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.617209/2024-06. Certidão -** Jucerja - Certifico o arquivamento em 11/07/2024 sob o nº 00006336927. Protocolo: 2024/00573329-8 em 08/07/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário-Geral.